





ENGIE
Tractebel Energia

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária de **14.04.2016**

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 NIRE Nº 42 3 0002438-4
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

TBLE3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA
IBOVESPA
Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2016
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG
2015

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 14 DE ABRIL DE 2016, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) 6

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS DIRETORES 8

10.1 Comentários dos diretores sobre 8

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais 8

b. Estrutura de capital 13

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos 14

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas 16

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez 16

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: 17

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados 25

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras 26

10.2 Comentários dos diretores sobre: 53

a. Resultados das operações da Companhia, em especial: 53

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços 56

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante 56

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados 58

a. Introdução ou alienação de segmento operacional 58

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária 58

10.4 Comentários dos diretores sobre 61

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 61

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis 61

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor 62

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros 63

a. Instrumentos financeiros derivativos 63

b. Vida útil do ativo imobilizado 64

c. Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração 64

d. Obrigações com benefícios de aposentadoria 64

e. Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas 65

10.6 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia 65

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) 65

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 65

10.7 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6 65

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; 65

b. natureza e o propósito da operação 65

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação 65

10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia: 66

a. Investimentos: 66

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia 67

c. Novos produtos e serviços 67

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 68

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 69

ANEXO III – ORÇAMENTO DE CAPITAL 76

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DOS ADMINISTRADORES 77

12.5 / 6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 77

12.7 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração: ... 87

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores: 88

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores (Indicados pelo Acionista Controlador) e controladas, controladores e outros 89

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor 89

b. controlador direto ou indireto do emissor 91

12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes 92

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 93

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos: 93

a. Objetivos da política ou prática de remuneração 93

b. Composição da remuneração 93

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração 96

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho 96

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo 97

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos 97

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia 97

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente: 98

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente: 102

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: 103

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: 104

13.6 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social 104

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais 104

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.5" a "13.7", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções 104

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social 104

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 105

13.11 Remuneração Média dos Administradores 106

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia 107

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto 107

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados 107

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos 107

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes 108

ANEXO VI – AUMENTO DE CAPITAL 109

a. Valor do aumento e do novo capital social 109

b. Forma do aumento do novo capital social 109

c. Razões do aumento do capital social 109

d. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros 109

ANEXO VII – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS 110

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia 110

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 14 DE ABRIL DE 2016, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09)

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

As Demonstrações Contábeis Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e BM&FBOVESPA no dia 23 de fevereiro de 2016 e foram publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, no dia 11 de março de 2016. Tais documentos também estão disponíveis nos seguintes websites: da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I deste documento.

- **Parecer dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Parecer dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **Boletim de voto à distância, a que se refere o art. 21-F (Inciso VI do artigo 9º da ICVM 481/09)**

A Companhia não adotou o procedimento de voto à distância para a AGO de 14.04.2016, em virtude da sua não obrigatoriedade para o exercício de 2016, conforme previsto na ICVM 561/15, com a redação dada pela ICM 570/15.

- **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (§ único do artigo 9º - Inciso I)**

O formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi publicado pela Companhia no dia 23 de fevereiro de 2016, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09 (§ único do artigo 9º - Inciso II)**

As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II deste documento.

- **Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (§ único do artigo 9º - Inciso III)**

A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

- **Orçamento de capital**

As informações referentes ao Orçamento de Capital estão apresentadas no anexo III deste documento.

- **No mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores (Art. 10 – Inciso I)**

Os mencionados dados estão apresentados no anexo IV deste documento.

- **O boletim de voto a distância, nas hipóteses a que se refere o art. 21-A (Art. 10 – Inciso II)**

A Companhia não adotou o procedimento de voto à distância para a AGO de 14.04.2016, em virtude da sua não obrigatoriedade para o exercício de 2016, conforme previsto na ICVM 561/15, com a redação dada pela ICM 570/15.

- **Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido Formulário de Referência (Art.12 – Inciso I e II)**

Estas informações estão apresentadas no anexo V deste documento.

- **Informações relativas ao aumento de capital social (Art. 14)**

Estas informações estão apresentadas no anexo VI deste documento.

- **Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2015**

A proposta está apresentada no anexo VII deste documento.

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS DIRETORES

Artigo 9ª ICVM 480/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015

O ano de 2015 foi marcado pelo agravamento da crise econômica no País. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial do Produto Interno Bruto (PIB), apurou retração desse índice de 3,8%. A inflação, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada no ano foi de 10,7%, 4,2 pontos percentuais acima do teto da meta inflacionária fixada pelo Banco Central, de 6,5%. Adicionalmente, o real foi substancialmente desvalorizado em relação ao dólar: a moeda americana foi cotada em R$ 3,92 ao final de 2015, representando alta de 47,5% em relação ao fechamento de 2014.

Como nos últimos anos, em 2015 o setor elétrico nacional sofreu influência da baixa hidrologia. O potencial hidrológico do país é indiscutível: em 2015, as usinas hidrelétricas representaram 65% da capacidade instalada. Associados a esse potencial estão o baixo custo de geração, além do nível reduzido de emissões atmosféricas da geração hidrelétrica quando comparada à geração térmica convencional. Entretanto, eventos climáticos extremos, frequentes nos últimos anos, apontam para a necessidade de ajustes no planejamento e na operação do setor elétrico brasileiro. A alteração que se observa no regime de chuvas demonstra que não é possível manter apenas a fonte hidráulica na base do sistema. Em 2015, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica registrou queda de 2,5%, haja vista a redução da atividade econômica no País. Desta forma, os impactos negativos resultantes dos eventos climáticos foram reduzidos pela diminuição do consumo de energia elétrica.

A Tractebel Energia, no ano de 2015, obteve lucro líquido de R$ 1.501 milhões, valor 8,5% ou R$ 118 milhões superior ao exercício de 2014. O EBITDA alcançado pela Companhia foi de R$ 3.115 milhões, um aumento de 7,6% ou R$ 220 milhões se comparado ao ano de 2014. Esses resultados se devem, sobretudo, à estratégia adequada de redução da exposição aos altos preços do mercado de curto prazo no início do ano, de alocação mensal da energia contratada e de manutenção do parque gerador. O alcance desses números em um cenário de retração da economia e eventos climáticos adversos demonstra a resiliência da Companhia e a confiança que o mercado lhe confere.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente – No ano de 2015, a Companhia apresentou crescimento consistente de seus resultados, mesmo diante do cenário de crise econômica. O lucro líquido consolidado do exercício de 2015 foi de R$ 1.501 milhões.
- Forte geração de caixa operacional – O EBITDA consolidado, cujo conceito é lucro líquido mais imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas e depreciação e amortização, no ano de 2015 alcançou R$ 3.115 milhões. A margem EBTIDA atingiu 47,8%.
- Manutenção do baixo nível de endividamento – A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2015 foi de 1,2 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,4 vezes. Em 31.12.2015, a dívida denominada em moeda estrangeira - 34% do total, estava integralmente protegida contra a variação cambial por operações de *swap*.
- Classificação de risco (rating) – Em dezembro de 2015, a Fitch Ratings rebaixou o Rating Internacional em moeda estrangeira da Companhia de "BBB" para "BBB-", com perspectiva negativa, ato contínuo ao rebaixamento do rating soberano do Brasil. Não houve alteração no Rating Nacional de Longo Prazo, que permanece "AAA(bra)", com perspectiva estável. Em 17.02.2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating de crédito corporativo de longo prazo, atribuído na Escala Nacional Brasil à Companhia, de "brAAA" para "brAA", o qual havia sido reafirmado em dezembro de 2015, em função do rebaixamento do rating soberano do País para "brAA-". Cabe ressaltar que apesar do rebaixamento do rating pela S&P, a companhia manteve seu rating um grau acima do rating soberano em moeda local. Ao mesmo tempo, essa agência reafirmou o rating de curto prazo "brA1". Posteriormente, a pedido da Companhia, os ratings foram retirados da agência Standard &Poor's.
- Reduzido nível de inadimplência – Resultado do rigoroso processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.
- Crescimento sustentado – Ao fim de 2015, a Companhia possuía capacidade instalada de 7.044,3 MW e operava um parque gerador de 8.765,0 MW, mantendo-se, desta forma, como a maior geradora privada de energia do Brasil. A capacidade instalada alcançada ao fim de 2015 representa um aumento de 17,1 MW em relação ao ano anterior. Tal crescimento se deu com a finalização das obras de expansão da Usina Termelétrica Ferrari, iniciadas em 2014, e a inclusão do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Eólico de Tubarão, os quais agregaram, respectivamente, 15,0 MW e 2,1 MW ao parque gerador da Companhia. A Tractebel Energia permanece atenta, diretamente ou por meio de sua controladora ENGIE, a oportunidades de expansão em todo o Brasil, desde que atendam aos requisitos de viabilidade econômica e de conformidade com o conceito de sustentabilidade.

- Implantação de novas usinas – Em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) emitiu as resoluções autorizativas de implantação e exploração das Usinas do Complexo Eólico Santa Mônica. O prazo das autorizações é de 30 anos a contar da data da publicação das referidas resoluções. O Complexo Eólico Santa Mônica acrescentará 97,2 MW a capacidade instalada da Companhia e sua entrada em operação está prevista para iniciar no segundo semestre de 2016. Em junho e outubro de 2015, a Companhia adquiriu os direitos de desenvolvimento das fases II e III-A do Complexo Eólico Santo Agostinho, compostas por 11 Sociedades de Propósito Específico (SPE) que acrescentarão à capacidade instalada da Companhia, aproximadamente, 250 MW. Ainda em junho de 2015, o Ibama emitiu Licença de Instalação para a Usina Termelétrica Pampa Sul, a qual terá capacidade instalada de 340 MW. Este projeto foi aprovado como empreendimento prioritário para geração de energia pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e fornecerá energia elétrica para o mercado por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuindo para a estabilidade do sistema energético.
- Comercialização de energia em leilão promovido pela Aneel – A Companhia comercializou, em agosto de 2015, por meio do Complexo Eólico Santa Mônica, 46,0 MW médios no Leilão de Geração promovido pela Aneel, a preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. A energia negociada no leilão terá início de suprimento em 01.01.2018.
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia – No ano de 2015 os dividendos propostos corresponderam a 55% do lucro líquido distribuível da Companhia.
- Permanência da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA – A Companhia participa desse índice desde a sua primeira edição em 2005.
- Valorização da cotação das ações da Companhia – As ações da Companhia apresentaram no ano de 2015 valorização de 2,3%, enquanto o índice do setor elétrico (IEE) e o Ibovespa retraíram, nesse mesmo período, 8,7% e 13,3%, respectivamente, reflexo das incertezas políticas e econômicas vivenciadas pelo Brasil.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2014

Em 2014, ano marcado por uma severa estiagem, a Tractebel Energia manteve sua trajetória de resultados consistentes. Seu EBITDA e lucro líquido foram de R$ 2.895 milhões e R$ 1.383 milhões, respectivamente, um pouco inferiores aos alcançados em 2013, que foram de R$ 3.043 e R$ 1.437, respectivamente, a despeito da considerável elevação dos custos nas transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para repor a energia elétrica que não foi possível gerar. O crescimento destes custos decorreu, substancialmente, da maior exposição da Companhia na CCEE em razão, principalmente, dos efeitos do maior fator de ajuste da garantia física, o GSF (Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é inferior à energia assegurada das usinas. Esta exposição foi agravada pelo aumento substancial do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que passou do valor médio de R$ 258,19 em 2013 para R$ 675,81 em 2014.

A diversidade de suas fontes, aliada à gestão coordenada do planejamento e controle da oferta, do portfólio de contratos e da manutenção das usinas, permitiu à Companhia melhor enfrentar os desafios decorrentes da escassez de chuvas, confirmando a resiliência apontada pelo mercado como um dos seus principais diferenciais. Também contribuíram para o resultado esforços bem-sucedidos nas áreas tributária, regulatória e legal, que propiciaram ganhos não recorrentes, sem os quais o EBITDA e o lucro líquido teriam sido 13,0% e 17,7% menores que os de 2013.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de elevadas margens de lucro – O lucro líquido do exercício de 2014 atingiu R$ 1.383 milhões. Os efeitos dos eventos acima mencionados afetaram negativamente o lucro do exercício.
- Consistente geração de caixa operacional – O EBITDA consolidado alcançou R$ 2.895 milhões no ano de 2014, 4,9% inferior ao de 2013. A margem EBITDA ficou em 44,7%.
- Baixo nível de endividamento – A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2014 foi de 1,4 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,8 vezes. Do total da dívida no final do exercício de 2014, 29,9% estava denominada em moeda estrangeira, a qual estava integralmente protegida por operações de *swap* contra a variação cambial.
- Manutenção da classificação de risco (rating) – Fitch Ratings: (i) Internacional - "BBB", e (ii) Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures - "AAA(bra)"; Standard & Poor's: (i) Crédito corporativo de longo prazo, na escala nacional Brasil – "brAAA", e (ii) Crédito corporativo de curto prazo – "brA-1".
- Reduzido nível de inadimplência – Essa condição é resultado do rígido processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.

- Crescimento sustentado – A expansão total da capacidade instalada da Companhia no ano foi de 128,5 MW, por meio da aquisição parque gerador da Usina Termelétrica Ferrari, localizada em São Paulo, de 65,5 MW, e da entrada em operação das centrais eólicas Fleixeiras I e Mundaú, no Ceará – ambas de 30,0 MW e pertencentes ao Complexo Eólico Trairi – e da Usina Eólica Solar Cidade Azul, de 3,0 MW de pico, em Santa Catarina.
- Comercialização de energia em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – A Companhia foi vitoriosa no leilão de energia nova para entrega a partir de 2019, promovido pela Aneel, em novembro de 2014, quando foram comercializados 386,9 MW médios de energia de três plantas: o Complexo Eólico Campo Largo (82,6 MW médios), a termelétrica a carvão Pampa Sul (294,5 MW médios) e a termelétrica a biomassa Ferrari (9,8 MW médios).
- Contratos de construção de usinas – Em 2014, a Companhia firmou contratos de construção das usinas pertencentes ao Complexo Eólico Santa Mônica, Usina Termelétrica Pampa Sul e Complexo Eólico Campo Largo.
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia – No ano de 2014 os dividendos propostos corresponderam a 55% do lucro líquido distribuível da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA – Este é o décimo ano consecutivo que as ações da Companhia participam deste índice.
- Desvalorização da cotação das ações da Companhia – Ao longo do ano, as ações da Tractebel Energia registraram desvalorização de 1,3%, em relação a 2013, refletindo as incertezas do cenário macroeconômico e do setor elétrico, enquanto as ações que compõem o Ibovespa recuaram 2,9%.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2013

No exercício de 2013, a Companhia – assim como as demais empresas do setor elétrico – foi afetada pelas decisões do Governo Federal relacionadas à forte estiagem que se prolongou desde o final de 2012. Entre elas estão a redistribuição do ônus da geração termelétrica adicional e a implantação de medidas complementares, no decorrer de 2013, que vieram em sentido oposto ao do planejamento das empresas. Estas medidas contribuíram de forma negativa para os resultados nas transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, cuja variação entre os anos de 2013 e 2012 foi uma despesa líquida adicional de R$ 316 milhões. Por outro lado, a Companhia apresentou um crescimento de 8,3% na sua receita líquida de venda para distribuidoras, clientes livres e comercializadoras. Diante desse cenário, o EBITDA da Companhia em 2013 foi ligeiramente inferior ao de 2012.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucros consistentes – O lucro líquido acumulado em 2013 atingiu 1.437 milhões. Os efeitos decorrentes das transações de curto prazo acima mencionadas bem como do *impairment* constituído, no valor de R$ 67 milhões, afetaram negativamente o lucro do exercício de 2013.
- Sólida geração de caixa operacional – O EBITDA consolidado alcançou R$ 3.043 milhões no ano de 2013, 1,9% inferior ao de 2012. A margem EBITDA ficou em 54,6%.

- Baixo endividamento – A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2013 foi de 1,1 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,7 vezes. Em 2013 a Companhia reduziu a sua dívida em moeda estrangeira com a quitação antecipada da dívida com o Tesouro Nacional no valor líquido de R$ 65 milhões, reduzindo a sua exposição cambial e gerando um ganho financeiro de quase R$ 50 milhões.
- Manutenção da classificação de risco (rating) – Fitch Ratings: (i) Internacional - "BBB", e (ii) Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures - "AAA(bra)"; Standard & Poor's: (i) Crédito corporativo de longo prazo, na escala nacional Brasil – "brAAA", e (ii) Crédito corporativo de curto prazo – "brA-1".
- Reduzido nível de inadimplência – Essa condição é resultado do austero processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.
- Crescimento sustentado – No primeiro trimestre de 2013, entrou em operação comercial a oitava e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito e, no quarto trimestre do mesmo ano, entraram em operação dois dos quatro parques eólicos em implantação do Projeto Trairí: a Central Eólica Guajiru e a Central Eólica Trairí. Ainda em 2013, a Companhia adquiriu projetos eólicos na Bahia, que permitirão o desenvolvimento de uma potência instalada de aproximadamente 206 MW.
- Recorde de geração – Em 2013 a produção total de energia atingiu 45.344 GWh, representando um aumento de 25,3% em relação ao ano anterior. Essa produção representou seu novo recorde anual de geração e foi possível ser atingido pela melhora na hidrologia em relação a 2012 e ao maior despacho de energia termelétrica. Contribuiu também para o atingimento dessa marca, a totalidade da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito e o início da operação comercial dos Parques Eólicos Trairí e Guajiru.
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia – No ano de 2013 os dividendos propostos corresponderam novamente a 100% do lucro líquido distribuível Companhia, com redução da dívida líquida da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA – A Companhia participa desse índice desde a sua primeira edição em 2005.
- Valorização da cotação das ações da Companhia – Ao longo do ano, as ações da Tractebel Energia registraram valorização de 15,5%, em relação a 2012, sem contar a distribuição de proventos, com yield superior a 6%, enquanto as ações que compõe o índice do setor elétrico recuaram 8,8% e o Ibovespa 15,5%.

b. Estrutura de capital

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de sua estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R$ milhões	**31.12.2015**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Endividamento bruto[1]	3.759	3.989	3.495
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	2.544	1.751	1.346
Endividamento líquido	1.215	2.238	2.149
Endividamento de longo prazo (% do total do endividamento)	67,4%	89,3%	81,0%
Patrimônio líquido	6.642	5.655	5.365
Grau de alavancagem[2]	15,5%	28,4%	28,6%
Composição da estrutura de capital:			
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	43,4%	41,5%	42,5%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	56,6%	58,5%	57,5%

O reduzido nível de endividamento e a baixa alavancagem garantem uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia, considerando o seu perfil do endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos. Os Administradores entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

[1] Contempla os empréstimos, os financiamentos e as debêntures, considerando os efeitos dos *hedges*.
[2] Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

No quadro abaixo estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Valores em R$ milhões	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
EBITDA	3.115	2.895	3.043
Despesa financeira bruta	752	553	568
Despesa financeira líquida	471	346	385
Endividamento bruto	3.759	3.989	3.495
Endividamento líquido	1.215	2.238	2.149
Endividamento líquido / EBITDA	0,4	0,8	0,7
Endividamento total / EBITDA	1,2	1,4	1,1
EBITDA / Despesa financeira bruta	4,1	5,2	5,4

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.

A classificação de risco (rating) da Companhia em 31.12.2015 era feita por duas agências de rating, a Fitch Ratings e a Standard & Poor's.

Em dezembro de 2015, a Fitch Ratings rebaixou o Rating Internacional de diversas empresas brasileiras, incluindo o da Companhia, o qual passou de "BBB" para "BBB-", com perspectiva negativa. Esse evento ocorreu como ato contínuo ao rebaixamento do rating soberano do Brasil, tendo sido explicado como reflexo da recessão econômica, da continuidade dos desdobramentos fiscais adversos e da crescente incerteza política, que poderá minar ainda mais a capacidade de o governo implementar medidas fiscais para estabilizar a crescente carga da dívida. A perspectiva negativa destaca a continuidade das incertezas e os riscos negativos relativos aos desdobramentos econômico, fiscal e político. Ainda foi mencionado na revisão que o cenário doméstico em deterioração vem aumentando os desafios enfrentados pelas autoridades para determinar medidas políticas corretivas oportunas, de forma a sustentar a confiança e melhorar as perspectivas de crescimento, de consolidação fiscal e de estabilização da dívida do país. O Rating Nacional de Longo Prazo de "AAA(bra)" foi mantido pela agência.

Em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating de crédito corporativo de longo prazo, atribuído na Escala Nacional Brasil, de "brAAA" para "brAA", o qual havia sido reafirmado em dezembro de 2015, haja vista o rebaixamento do rating soberano do País para "brAA-". Adicionalmente, o rating de curto prazo "brA1" foi reafirmado nas revisões efetuadas em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. É válido salientar que o relatório feito por essa agência em dezembro de 2015 destacava o bom desempenho operacional e os resultados financeiros saudáveis da Companhia, apesar do terceiro ano consecutiva de situação hidrológica desfavorável. Após o rebaixamento em fevereiro de 2016, os ratings dessa agência foram retirados, a pedido da Tractebel Energia.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, inclusive estrangeiras, com a finalidade de suprir uma eventual necessidade de caixa de curto e médio prazo.

Para os projetos de investimento da Companhia, além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento é o BNDES, diretamente e/ou por meio de Bancos Repassadores do BNDES. Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento de suas operações.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia utilizou como principal fonte de financiamento para os seus projetos o BNDES e Bancos Repassadores. Nesses contratos, de maneira geral, há uma relação "padrão" para a obtenção destas linhas de créditos, que se situa na faixa de 30% de capital próprio e 70% para itens financiáveis.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese a Administração não preveja qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha no montante global de aproximadamente R$ 5,8 bilhões.

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia pretende utilizar linhas de crédito disponíveis no mercado junto a instituições financeiras de primeira linha. Para fins de financiamento de ativos não-circulantes, a Companhia pretende utilizar prioritariamente recursos de financiamentos de longo prazo diretamente junto ao BNDES ou por meio de Bancos Repassadores.

Além disso, em razão dos elevados *ratings* atribuídos pelas agências de classificação de risco, a Companhia tem acesso rápido ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras estão descritas a seguir:*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Principais condições das dívidas contratadas

		Condições de pagamento		Valores em R$ milhões		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**31.12.2015**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Controladora:						
Moeda nacional						
Bank of America Merril Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: a partir de 07.2013 Trimestrais	-	-	292
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	172	161	151
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. (a)	07.2020	Principal: Mensais, após 08.2016 Juros: Trimestrais até 08.2016 e posteriormente mensais	191	127	-
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	126	142	158
Repasse BNDES (Bancos) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	255	286	319
Repasse Finame (Bancos)	2,91% a.a.	01.2023	Mensais	21	17	13
Moeda estrangeira (euro)						
BNP Paribas (*Floating Rate Notes*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11.2015	Anuais	-	-	129
Moeda estrangeira (dólar)						
HSBC USA I	1,3882% a.a. com swap para 99,9% do CDI	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	-	238	211
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	387	263	-
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	307	211	-
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	191	132	-
HSBC USA V	1,8471% a.a. com swap para 97% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	38	-	-
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	341	235	-
Bank of Tokyo	114,2857% Libor + 0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	188	131	-

Continua na próxima página

		Condições de pagamento		Valores em R$ milhões		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**31.12.2015**	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Controladas:						
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a.	10.2017	Mensais	7	11	15
Companhia Energética Estreito						
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	14	18	22
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	736	785	839
Repasse BNDES (Bancos) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	499	534	570
Ibitiúva						
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	17	21	26
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	19	22	25
Ferrari						
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. (a)	06.2021	Mensais	23	27	-
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a. (a)	07.2032	Principal: Mensais após 08.2016 Juros: Trimestrais até 07.2016 e posteriormente mensais	44	-	-
Repasse BNDES (Bancos) (b)	TJLP + 3,40% a.a. (a)	06.2021	Mensais	10	12	-
Beberibe - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	74	80	86
Pedra do Sal - BNDES	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	50	54	58
Areia Branca – BNDES	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	41	45	50
Projeto Trairí (c) – BNDES	TJLP + 2,51% a.a. (a)	07.2029	Mensais	315	337	359

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.
(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.
(c) Financiamento do Projeto Trairí, composto pelas seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.12.2015, 31.12.2014 e 31.12.2013 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

Tractebel Energia

- Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2014, a Companhia liquidou o empréstimo contratado junto ao Bank of America Merril Lynch. O valor original do empréstimo era de US$ 274 milhões de dólares norte americano, equivalente a R$ 430 milhões.

Fez parte da transação negociada com o Bank of America Merrill Lynch a contratação de uma operação de *swap* com a sua subsidiária brasileira, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, no valor de R$ 430 milhões, através da qual a Companhia mantinha uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do CDI. Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros foi o equivalente a 98% do CDI.

- Nordic Investment Bank

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 143 milhões, correspondentes a US$ 70 milhões. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R$ 142 milhões, líquido dos custos de captação de R$ 1 milhão. O prazo de amortização é de 10 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

- BNDES – Modernização

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R$ 318 milhões, para financiamento da modernização das usinas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda A. Em 31.12.2015, haviam sido liberados R$ 231 milhões. Do total do financiamento, R$ 273 milhões terão juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020; R$ 43 milhões pagarão juros fixos de 6% a.a. e amortizações mensais entre agosto de 2016 e julho de 2024; e R$ 2 milhões terão juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

- BNDES – Usina São Salvador e Repasse BNDES (Bancos)

Em março de 2007, a Companhia Energética São Salvador ("CESS") contratou com o BNDES e Bancos Repassadores do BNDES – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim – financiamento no valor inicial de R$ 570 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador.

- BNP Paribas (*Floating Rate Notes*)

Em novembro de 1999, a Companhia emitiu 40 milhões de Euros em *Floating Rate Notes* no mercado internacional, em regime de colocação privada, com vencimento em novembro de 2007, tendo o Citibank N.A. London atuado como agente emissor e pagador. Essa dívida foi renegociada na data do seu vencimento original, passando a ter prazo de oito anos, com vencimento em novembro de 2015, e remuneração pela taxa *Euribor*, acrescida de *spread* de 2,75% a.a. sobre o saldo devedor do principal, a serem pagos anualmente. Em novembro de 2014, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade da dívida, no valor equivalente a R$ 130 milhões, representando seu valor de mercado.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, durante os anos de 2013, 2014 e 2015, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo.

Desta forma, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, a Companhia contratou operações de *swap* para a totalidade dos empréstimos contratados em moeda estrangeira, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira. Com isso, será mantida uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros e uma posição passiva equivalente a variação do CDI. O vencimento do principal e a amortização dos juros dos empréstimos e dos *swaps* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. É válido destacar que a Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* são as seguintes:

		Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap*	Posição passiva do *swap*	
Bancos	**Mês/Ano**	**US$ milhões**	**R$ milhões**	**Δ US$ + Juros (a.a.)**	**Δ do CDI**	**Vencimento**
HSBC USA I	08.2013	90	207	1,3882 %	99,9% do CDI	08.2015
HSBC USA II	03.2014	100	231	1,4294 %	97,0% do CDI	03.2016
HSBC USA III	10.2014	80	200	1,7871 %	99,0% do CDI	10.2016
HSBC USA IV	12.2014	50	128	1,8104%.	98,6% do CDI	12.2016
HSBC USA V	01.2016	10	27	1,8471%.	97,0% do CDI	12.2016
Mizuho Bank	12.2014	90	234	1,7260 %	96,02% do CDI	12.2016
Bank of Tokyo	12.2014	50	131	114,2857% da Libor + 0,5486%	98,0% do CDI	12.2016
		470	**1.158**			

Em função das características destes instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Assim, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros.

Controladas consolidadas na Tractebel Energia

Os seguintes financiamentos com o BNDES e os Bancos Repassadores do BNDES foram contratados na modalidade *Project Finance.* Para tal foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

- Companhia Energética Estreito (CEE)

Em março de 2008, a subsidiária CEE assinou contrato de financiamento com o BNDES e com os Bancos Repassadores do BNDES – Itaú Unibanco, Bradesco e Votorantim – no valor original de R$ 1.358 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica Estreito.

- Projeto Trairí

Em maio de 2012, as controladas indiretas Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairí assinaram financiamento junto ao BNDES destinado à implantação de seus parques eólicos do Complexo Trairí, no estado do Ceará. O montante total financiado foi de R$ 358 milhões.

Garantias dos empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém garantia para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos. Para os demais empréstimos não há garantias concedidas pela Companhia.

- Bank of America Merrill Lynch

A garantia do empréstimo era uma Nota Promissória no valor de US$ 274 milhões em favor do Bank of America N.A. Conforme já mencionado a Companhia liquidou o empréstimo em julho de 2014.

- BNDES – Modernização

As garantias dadas para o contrato firmado com o BNDES para a modernização das usinas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda A são cessão fiduciária das receitas provenientes de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – financiamento oriundo da Usina Hidrelétrica São Salvador, incorporado pela Tractebel Energia

Devido à incorporação, as garantias do respectivo financiamento foram substituídas por fiança bancária para a parcela do BNDES e para os bancos repassadores será mantida apenas a conta centralizadora de recebíveis.

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – Empreendimentos hidrelétricos

Os financiamentos de empreendimentos hidrelétricos têm as seguintes garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, ENGIE.

- BNDES – Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Biomassa e eólicos

As garantias dos projetos eólicos são as que seguem: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia. Em 31.12.2015, 31.12.2014 e 31.12.2013 a Companhia possuía as seguintes emissões vigentes:

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Dez/15	Dez/14	Dez/13
2ª Emissão série única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em maio	3 parcelas em 05.2012/13/14	-	-	174
5ª Emissão série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	181	163	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Pagamento da terceira parcela das debêntures da 2ª emissão

Em maio de 2014, foi realizado o pagamento da terceira e última parcela da 2ª emissão de debêntures no valor de R$ 185 milhões.

- Quinta emissão de debêntures

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1, perfazendo na data de emissão, o montante total de R$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024.

A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinam-se a modernização das usinas Salto Santiago e Passo Fundo.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 3 milhões, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 6,4% a.a.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

A companhia não adota nenhuma política de subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações contábeis e, dessa forma, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia está sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants)* - índices e limites financeiros - estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
Controladora:	
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/EBITDA ≤ 3,5 Consolidado: Dívida Total/EBITDA ≤ 4,5 Controladora e Consolidado: EBITDA/despesas financeiras ≥ 2,0
BNDES - Modernização	Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) – Usina São Salvador	Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
Controladas:	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida3 ≥ 1,2 ou 1,3, dependendo da controlada
BNDES Ampliação - Ferrari	Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5
BNDES - Ibitiúva	Índice de endividamento geral ≤ 0,80 Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

A Tractebel Energia, na condição de controladora e garantidora do financiamento da CEE com o BNDES, precisa cumprir o seguinte índice financeiro: Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5.

Os empréstimos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento mediante abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

[3] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, os tomadores de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

b) Debêntures

Dívida	*Covenants*
2ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 3,5
5ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5

Adicionalmente aos compromissos financeiros descritos na tabela, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia deve obedecer às restrições descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado das dívidas representadas pelas debêntures: (i) inadimplemento por prazo superior a dois dias úteis de pagamentos definidos na escritura de emissão das debêntures; (ii) descumprimento por prazo superior a cinco dias úteis após o recebimento de comunicação remetida pelo Agente Fiduciário de qualquer obrigação não pecuniária definida na escritura de emissão das debêntures; (iii) não pagamento de quaisquer obrigações que, individual ou em conjunto, sejam iguais ou superiores a R$ 100 milhões; (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões; (v) protesto de títulos de responsabilidade da Companhia ou qualquer de suas controladas; (vi) liquidação, dissolução, extinção ou qualquer forma de reorganização societária das controladas da Companhia e da própria Companhia, exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida; (vii) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia ou de suas controladas; (viii) requerimento ou decretação de falência da Companhia ou de suas controladas, exceto se tal requerimento for contestado e houver comprovação de depósito elisivo no prazo legal, se aplicável; (ix) cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (ix.i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ix.ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (ix.iii) a sociedade sucessora for controlada, direta ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia; (x) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia; (xi) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente

afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; (xii) intervenção ou perda da concessão/autorização que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia; (xiii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiv) redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas; (xv) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures; (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros dos direitos e das obrigações assumidas com a emissão das debêntures, sem que haja a prévia autorização dos debenturistas; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas da Escritura de emissão das debêntures; (xviii) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100 milhões; (xix) não manutenção de classificação de risco corporativo igual ou superior a AA, em escala local, pela Standard & Poor's, Fitch ou nota equivalente pela Moody's; e (xx) utilização dos recursos provenientes da emissão das debêntures conforme descrito na Escritura de emissão da mesma.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia mantém junto ao BNDES financiamento para a Modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo, no valor de R$ 275 milhões. O projeto de modernização das usinas citadas encontra-se em execução e até o momento foram sacados R$ 188 milhões (68,3%). O saldo a sacar é de R$ 87 milhões e a previsão da Companhia é que tais recursos sejam liberados até outubro de 2017.

A controlada CEE contratou com o BNDES um financiamento suplementar para a construção da UHE Estreito, no valor de R$ 309 milhões, dos quais R$ 1 milhão ainda está pendente de liberação, o que significa que 99,7% do montante total do financiamento já foi utilizado. A previsão da Companhia é que tais recursos sejam liberados até junho de 2016.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, a controlada Ferrari Termoelétrica S.A. contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 81 milhões, para a ampliação de sua usina, dos quais R$ 44 milhões (54,3%) foram liberados, restando R$ 37 milhões. A expectativa de realização é até setembro de 2016.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

	31 de dezembro de				
Valores em R$ milhões	**2015**	**% da receita**	**2014**	**% da receita**	**2015 *versus* 2014 (%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**6.512**	**100,0**	**6.473**	**100,0**	**0,6**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.783)	27,4	(1.276)	19,7	39,7
Transações no mercado de energia de curto prazo	(67)	1,0	(1.040)	16,1	(93,6)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(363)	5,6	(333)	5,1	9,0
Custo de produção de energia elétrica	(1.562)	24,0	(1.301)	20,1	20,1
Custo dos serviços prestados	(28)	0,4	(25)	0,4	12,0
	(3.803)	**58,4**	**(3.975)**	**61,4**	**(4,3)**
LUCRO BRUTO	**2.709**	**41,6**	**2.498**	**38,6**	**8,4**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	0,3	(17)	0,3	0,0
Despesas gerais e administrativas	(183)	2,7	(181)	2,7	1,1
Outras receitas operacionais, líquidas	(5)	0,1	3	(0,0)	(266,7)
	(205)	**3,1**	**(195)**	**3,0**	**5,1**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.504**	**38,5**	**2.303**	**35,6**	**8,7**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	281	(4,3)	207	(3,2)	36,0
Despesas financeiras	(752)	11,5	(553)	8,5	36,0
	(471)	**7,2**	**(346)**	**5,3**	**36,0**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.033**	**31,3**	**1.957**	**30,3**	**3,9**
Imposto de renda e contribuição social	(532)	8,2	(574)	8,9	(7,3)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.501**	**23,1**	**1.383**	**21,4**	**8,5**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,30**		**2,12**		
EBITDA	**3.115**	**47,8**	**2.895**	**44,7**	**7,6**

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas passou de R$ 6.473 milhões em 2014 para R$ 6.512 milhões em 2015, ou seja, crescimento de R$ 39 milhões, equivalente a 0,6%. Essa elevação decorreu essencialmente destas combinações: (i) R$ 822 milhões — aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 600 milhões — redução da receita nas transações realizadas no mercado de curto prazo, incluindo as realizadas no âmbito da CCEE; e (iii) R$ 182 milhões — menor quantidade de energia vendida.

- Preço médio líquido de vendas
O preço médio líquido de vendas foi de R$ 171,37/MWh, 14,9% superior ao praticado em 2014 (R$ 149,20/MWh). A elevação do preço ocorreu essencialmente em razão da atualização monetária dos contratos existentes e dos maiores preços praticados em novos contratos.

- Volume de vendas
No ano de 2015, o volume de venda de energia foi de 36.012 GWh (4.111 MW médios) contra 37.072 GWh (4.232 MW médios) registrados em 2014, redução de 1.060 GWh (121 MW médios), ou 2,9%. Tal variação decorreu da combinação destes principais fatores: (i) término de contratos com distribuidoras e comercializadoras, cujas quantidades foram vendidas para consumidores livres ou liquidadas no mercado de curto prazo, de modo a atenuar os efeitos negativos provenientes do défice sistêmico de geração hidrelétrica; e (ii) elevação do volume de compras.

Custos da venda de energia e dos serviços prestados
Os custos da venda de energia e serviços atingiram R$ 3.803 milhões, 4,3%, ou R$ 172 milhões, inferiores aos R$ 3.975 milhões registrados no ano de 2014. Tais variações decorreram essencialmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: aumento de R$ 507 milhões em 2015 em relação a 2014, refletindo principalmente (i) reajustes de preço dos contratos existentes; e (ii) aumento das compras de médio e de longo prazo no montante de 552 GWh (63 MW médios), em especial à aquisição de excedente de energia da Usina Hidrelétrica Jirau.

- Transações no mercado de curto prazo: Entre os exercícios de 2015 e 2014, ocorreu redução desses custos em R$ 973 milhões. Tal variação inclui a redução do custo registrada no quarto trimestre de 2015, de R$ 120 milhões, relativos aos efeitos da adesão à repactuação do risco hidrológico. Mais detalhes estão descritos a seguir, em item específico.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de R$ 46 milhões entre os anos comparados, refletindo, principalmente, a elevação do preço unitário e do custo de distribuição do gás natural consumido pela Usina Termelétrica William Arjona, em razão da depreciação do real perante o dólar.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R$ 30 milhões entre os exercícios de 2015 e de 2014, decorrente, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão.

- Materiais e serviços de terceiros: crescimento de R$ 33 milhões no confronto entre os anos comparados, em virtude, principalmente, de maior demanda por serviços de operação e manutenção, sobretudo no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na Usina Termelétrica Charqueadas e nas usinas hidrelétricas Salto Santiago e Estreito.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties): ampliação de R$ 8 milhões entre os anos de 2015 e 2014, em razão, basicamente, do reajuste anual de preços.

- Pessoal: aumento de R$ 22 milhões entre os anos analisados, por causa, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

- Depreciação e amortização: ampliação de R$ 7 milhões nos anos comparados, em virtude, sobretudo, de novos ativos adicionados ao parque gerador da Companhia.

- Provisões operacionais, líquidas: efeito negativo no resultado de R$ 77 milhões entre os anos analisados. Os principais fatores que contribuíram para a ampliação no comparativo anual desses custos foram, substancialmente: (i) R$ 92 milhões — reversão em 2014 de provisão cível relativa à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP), motivada por decisão favorável à Companhia que reduziu o risco de perda na ação judicial; (ii) R$ 15 milhões - reversão em 2014 de provisão relativa à cobrança do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais, denominado "REFIS da Copa"; (iii) R$ 18 milhões - redução em 2015 da provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor; e (iv) R$ 12 milhões - referentes à constituição em 2014 e reversão por pagamento em 2015 de provisão cível relativa às indenizações de desapropriações vinculadas à Usina Hidrelétrica Cana Brava.

- Outros: entre os anos comparados a variação foi negativa em R$ 71 milhões, o que refletiu, essencialmente: (i) reversão de passivos prescritos em 2014, no valor de R$ 55 milhões, relacionados à compra de energia e a encargos de transmissão; (ii) pagamento de R$ 6 milhões de indenizações de desapropriações ocorridas em 2015; e (iii) aumento em R$ 10 milhões do valor do prêmio dos seguros renovados pela Companhia.

Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Companhia na CCEE. Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal — e, portanto, de curto prazo — dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara são sintetizados numa fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando, nos últimos anos, mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos – razão pela qual a Tractebel Energia apresenta este detalhamento, que permite analisar as oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (*GSF – Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (energia secundária); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2015, o resultado líquido (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos incidentes sobre as receitas e custos) decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi positivo em R$ 236 milhões ante ao resultado negativo de R$ 136 milhões obtido em 2014, ou seja, melhora de R$ 372 milhões entre os anos comparados.

Essa variação é consequência, essencialmente, da combinação destes fatores: (i) redução substancial do efeito negativo decorrente do ajuste de garantia física da aplicação do GSF; (ii) diminuição da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação mensal de energia pela Companhia; (iii) decréscimo da exposição termelétrica em virtude das expressivas reduções do PLD médio no ano corrente, mesmo com a elevação do volume exposto; (iv) reconhecimento no quarto trimestre de 2015, dos efeitos decorrentes da adesão à repactuação do risco hidrológico de algumas usinas da Companhia com energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), conforme estabelecido pela Lei 13.203/2015; (v) redução do resultado nas transações na CCEE no quarto trimestre de 2015, em comparação ao quarto trimestre de 2014, decorrente do reconhecimento dos montantes relativos à recuperação dos impactos negativos na CCEE no ano de 2014, em função de sinistros em unidades geradoras; (vi) incremento de receita com serviços ancilares; (vii) aumento de receita no MRE, atrelada à Tarifa de Energia de Otimização (TEO); (viii) efeito positivo das transações de curto prazo e (ix) reversão, no segundo trimestre de 2014, da provisão dos supostos custos relativos aos efeitos da participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), como estabelecido pela Resolução CNPE 03, em razão da redução do risco de perda na ação judicial que contesta a cobrança desses valores. Os efeitos mencionados nos itens (ii) e (v) atenuaram os impactos positivos dos demais.

Cabe considerar que as expressivas reduções do PLD médio entre os anos analisados, conforme a seguir informados, contribuíram de forma significativa para a mitigação dos efeitos negativos nos resultados decorrentes da aplicação do GSF e da exposição termelétrica e, em contrapartida, para a redução dos efeitos positivos do excedente de energia liquidado na CCEE.

No comparativo entre os anos, o PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste reduziu 57,8%, passando de R$ 675,81/MWh em 2014 para R$ 285,1341/MWh em 2015.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e a fim de mitigar os efeitos negativos do GSF aplicado às usinas integrantes do MRE, a Companhia, em dezembro de 2015, aderiu, mediante manifestação formal e despachos emitidos pela Aneel, à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada. Como condicionante para a adesão, a Companhia teve que desistir de qualquer disputa judicial que impeça a aplicação do GSF as suas usinas.

Tal repactuação foi retroativa a janeiro de 2015, resultando no ressarcimento (líquido do prêmio de risco de 2015), no valor de R$ 223 milhões, registrado na rubrica do ativo "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", que será compensado com os prêmios de risco futuros a serem incorridos pela Companhia. A tabela a seguir apresenta os resultados a serem ressarcidos referentes aos efeitos da repactuação no ano de 2015 e prazo de postergação da amortização dos prêmios unitários do mecanismo do ACR por classe de produto.

Critérios da repactuação do risco hidrológico

Usina	Produto	Repactuação (MW médios)	Repactuação (MWh)	Reembolso unitário líquido (R$)	Reembolso total (R$ milhões)	Prazos* (anos)
UHE Cana Brava	SP92	261,66	2.292.177	18,26	41,9	13,25
UHE Itá	SP92	336,00	2.943.360	18,26	53,7	13,25
UHE Machadinho	SP92	84,04	736.190	18,26	13,4	13,25
UHE Ponte de Pedra	SP95	123,55	1.082.315	23,80	25,8	7,17
UHE Salto Santiago	P97	150,00	1.314.000	24,36	32,0	2,92
UHE São Salvador	SP91	142,13	1.245.048	16,52	20,6	17,25
UHE Estreito	SP91	247,13	2.164.859	16,52	35,8	17,25
TOTAL		**1.344,51**	**11.777.950**		**223,1**	

* Prazo de postergação do pagamento do prêmio a partir de janeiro de 2016 para ressarcimento do resultado de 2015.

Lucro bruto

No ano de 2015 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.709 milhões, R$ 211 milhões ou 8,4% superior ao apresentado em 2014, que foi de R$ 2.498 milhões, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita líquida de vendas" e "Custos da energia vendida e dos serviços prestados".

Receitas (despesas) operacionais
No ano de 2015, a Companhia reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment),* no valor de R$ 10 milhões, em função de sua recuperação pelo valor em uso ou de venda ter sido avaliada como incerta.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (Resultado do serviço)

No acumulado de 2015, esse resultado foi de R$ 2.504 milhões, R$ 201 milhões ou 8,7% maior em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.303 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (despesas) operacionais".

Resultado financeiro

- Receitas financeiras: no comparativo entre os anos, as receitas financeiras aumentaram R$ 74 milhões, ou 36,0%, passando de R$ 207 milhões em 2014 para R$ 281 milhões em 2015. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 139 milhões na receita com aplicações financeiras; (ii) reversão de R$ 61 milhões, em 2014, correspondente aos juros e à variação monetária dos passivos prescritos mencionados anteriormente no item "Custos da Venda de Energia e Serviços - Outros"; (iii) reconhecimento em 2014 de R$ 11 milhões de ganhos decorrentes de êxito em ações judiciais; e (iv) incremento de R$ 4 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

- Despesas financeiras: No comparativo entre os anos, as despesas aumentaram de R$ 553 milhões para R$ 752 milhões, ou seja, R$ 199 milhões, ou 36,0%, resultado da combinação, principalmente, destas variações: (i) crescimento de R$ 75 milhões nos juros e na variação monetária sobre dívidas; (ii) aumento de R$ 138 milhões nos juros e na variação monetária sobre as concessões a pagar; (iii) decréscimo de R$ 18 milhões nos juros e na variação monetária sobre provisões e contingências; e (iv) incremento de R$ 4 milhões na despesa com variação cambial de dívidas.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

No acumulado do ano, as despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social passaram de R$ 574 milhões em 2014 para R$ 532 milhões em 2015, redução de R$ 42 milhões. Essa variação se deu, sobretudo, em função da elevação dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no ano de 2015. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro em 2015 e 2014 ficaram em 26,2% e 29,3%, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido passou de R$ 1.383 milhões em 2014 para R$ 1.501 milhões em 2015, ou seja, elevação de R$ 118 milhões, ou 8,5%. Tal variação decorreu, essencialmente, destes fatores: (i) aumento de R$ 220 milhões do EBITDA; (ii) elevação de R$ 125 milhões das despesas financeiras líquidas; (iii) incremento de R$ 9 milhões na depreciação e amortização; (iv) reconhecimento de *impairment* de R$ 10 milhões no exercício de 2015; e (v) redução de R$ 42 milhões do imposto de renda e da contribuição social.

EBITDA e margem EBITDA

Em 2015, o EBITDA aumentou R$ 220 milhões, ou 7,6%, passando de R$ 2.895 milhões, em 2014, para R$ 3.115 milhões. A margem EBITDA atingiu 47,8%, representando um aumento de 3,1 p.p. em comparação com 2014. As elevações dos indicadores decorreram, principalmente, da combinação destes fatores: (i) aumento de R$ 640 milhões na receita líquida de venda de energia contratada; (ii) acréscimo de R$ 507 milhões nas compras de energia para revenda; (iii) efeito positivo de R$ 426 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iv) reversão em 2014 da provisão decorrente dos impactos da Resolução CNPE 03, publicada em 2013, no montante de R$ 54 milhões; (v) elevação de R$ 46 milhões no consumo de combustível; (vi) acréscimo de R$ 30 milhões nos encargos de uso da rede elétrica e conexão; (vii) reversão em 2014 de provisões relativas à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no valor de R$ 92 milhões; (viii) reversão de passivos prescritos em 2014, no montante de R$ 55 milhões; e (ix) elevação de R$ 62 milhões dos demais custos e das despesas operacionais. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes de 2014 mencionados nos itens (iv), (vii) e (viii), a elevação do EBITDA seria de R$ 421 milhões, ou 15,6%, entre os exercícios comparados.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido do exercício	1.501	1.383
(+) Imposto de renda e contribuição social	532	574
(+) Despesas financeiras, líquidas	471	346
(+) Depreciação e amortização	601	592
EBITDA	**3.105**	**2.895**
(+) Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment)*	10	-
EBITDA Ajustado	**3.115**	**2.895**
Margem EBITDA (%)	**47,8%**	**44,7%**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação, amortização e impairment, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

	31 de dezembro de				
Valores em R$ milhões	**2014**	**% da receita**	**2013**	**% da receita**	**2014 *versus* 2013 (%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**6.473**	**100,0**	**5.569**	**100,0**	**16,2**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.276)	19,7	(776)	13,9	64,4
Transações no mercado de energia de curto prazo	(1.040)	16,1	(638)	11,5	63,0
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(333)	5,1	(308)	5,5	8,1
Custo de produção de energia elétrica	(1.301)	20,1	(1.165)	20,9	11,7
Custo dos serviços prestados	(25)	0,4	(25)	0,4	-
	(3.975)	**61,4**	**(2.912)**	**52,3**	**36,5**
LUCRO BRUTO	**2.498**	**38,6**	**2.657**	**47,7**	**(6,0)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	0,3	(19)	0,3	(10,5)
Despesas gerais e administrativas	(181)	2,7	(178)	3,2	1,7
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(73)	1,3	(100,0)
Outras receitas operacionais, líquidas	3	(0,0)	-	-	-
	(195)	**3,0**	**(270)**	**4,8**	**(27,8)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.303**	**35,6**	**2.387**	**42,9**	**(3,5)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	207	(3,2)	183	(3,3)	13,1
Despesas financeiras	(553)	8,5	(568)	10,2	(2,6)
	(346)	**5,3**	**(385)**	**6,9**	**(10,1)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.957**	**30,3**	**2.002**	**35,9**	**(2,2)**
Imposto de renda e contribuição social	(574)	8,9	(565)	10,1	1,6
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.383**	**21,4**	**1.437**	**25,8**	**(3,8)**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,12**		**2,20**		
EBITDA	**2.895**	**44,7**	**3.043**	**54,6**	**(4,9)**

Receita líquida de vendas

Na comparação entre 2014 e 2013, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 904 milhões, ou 16,2%, passando de R$ 5.569 milhões em 2013 para R$ 6.473 milhões em 2014. Essa elevação decorreu essencialmente da seguinte combinação: (i) R$ 352 milhões - aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 218 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iii) R$ 177 milhões – acréscimo da receita nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE; (iv) R$ 160 milhões – recomposição de receita que a Companhia deixou de auferir na CCEE em razão da paralização temporária da geração, motivada por sinistros ocorridos em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; e (v) R$ 6 milhões – redução da receita de venda de crédito de carbono.

- Preço médio líquido de vendas

Em 2014, o preço médio de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita, foi de R$ 149,20/MWh, 6,6% superior ao praticado em 2013, de R$ 139,97/MWh. A elevação ocorreu essencialmente em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida no ano de 2014 foi de 37.072 GWh (4.232 MW médios), crescimento de 1.627 GWh (186 MW médios), ou 4,6%, na comparação com 2013, quando o volume foi de 35.445 GWh (4.046 MW médios). Tal variação é decorrente principalmente da combinação do seguinte: (i) elevação do volume de compras; (ii) início da operação plena do Complexo Eólico Trairí; e (iii) aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., eventos parcialmente compensados pela redução da demanda de clientes e pelo maior volume de capacidade comercial descontratada em 2014.

Custos da energia vendida e dos serviços prestados

Em 2014, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 3.975 milhões, 36,5%, ou R$ 1.063 milhões superiores aos R$ 2.912 milhões de 2013. Essa variação decorreu essencialmente dos seguintes fatores:

- Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 500 milhões em 2014 em relação a 2013, refletindo principalmente (i) os reajustes de preço dos contratos existentes; e (ii) o aumento das contratações de médio e longo prazo no montante de 2.897 GWh (331 MW médios) em 2014.

- Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE: entre 2014 e 2013, ocorreu aumento nos custos de R$ 402 milhões. Tal variação inclui o montante de R$ 83 milhões, reconhecido como recuperação de custo, haja vista a elevação da exposição na CCEE devido à interrupção temporária da geração de unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda anteriormente citada. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de R$ 134 milhões entre 2014 e 2013, refletindo principalmente o aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona, em razão de maior despacho da Usina.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R$ 25 milhões entre 2014 e 2013, reflexo em grande parte do reajuste anual das tarifas de transmissão, além da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairí e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

- Materiais e serviços de terceiros: crescimento de R$ 21 milhões entre 2014 e 2013, em decorrência principalmente de maior demanda por serviços de operação e manutenção, especialmente no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na Usina Hidrelétrica São Salvador e na Usina Termelétrica Ferrari.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): aumento de R$ 22 milhões entre 2014 e 2013, explicada em grande parte pelo incremento na geração de unidades hidrelétricas da Companhia.

- Pessoal: aumento de R$ 16 milhões entre 2014 e 2013, em função substancialmente do reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

- Depreciação e amortização: ampliação de R$ 10 milhões entre 2014 e 2013, em função principalmente do início da operação do Complexo Eólico Trairí e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

- Reversão de provisões operacionais, líquida: efeito positivo no resultado de R$ 14 milhões entre 2014 e 2013, decorrente principalmente de: (i) R$ 92 milhões – reversão de provisão cível relativa à cobrança de valor adicional de TUST da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, motivada por decisão favorável à Companhia que reduziu o risco de perda na ação judicial; (ii) R$ 89 milhões – constituição de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor em função de divergência quanto à aplicação dos termos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço do insumo consumido; e (iii) R$ 16 milhões – reversão de provisão relativa à cobrança de INSS em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais denominado "REFIS da Copa".

- Outros: efeito positivo de R$ 55 milhões entre 2014 e 2013, refletindo essencialmente a reversão no segundo trimestre de 2014 de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, inclusive as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses, que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel na CCEE. Dessa forma, o preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem ocorrendo uma mudança no perfil das faturas, o que dificulta a comparação direta dos elementos que as compõem nos dois anos. Esta é a razão para a criação do presente tópico, para permitir uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF – *Generation Scaling Factor*); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2014, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 136 milhões ante ao também resultado negativo de R$ 71 milhões obtido em 2013, ou seja, uma piora de R$ 65 milhões entre os anos comparados. Expurgando a constituição da provisão da CNPE 03 em 2013 e a sua reversão em 2014, o resultado negativo das transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, entre os exercícios, seria maior em R$ 174 milhões.

Essa piora decorreu em especial pela conjunção do que segue: (i) crescimento do efeito líquido negativo decorrente da aplicação do GSF; (ii) elevação da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação de energia pela Companhia; (iii) aumento da exposição termelétrica da Companhia relacionada sobretudo à suspensão de geração causada pelos sinistros e manutenções de unidades geradoras termelétricas; (iv) redução de compras de energia de curto prazo; (v) elevação do resultado positivo no MRE; (vi) reversão da provisão dos eventuais custos relativos aos efeitos da participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), conforme estabelecido pela Resolução CNPE 03, visto a redução do risco de perda na ação judicial que contesta a cobrança desses valores; e (vii) recuperação dos efeitos negativos na CCEE, ocasionados pela interrupção na geração, devido a sinistros em unidades geradoras, anteriormente mencionado. Desta forma, os efeitos negativos relatados nos itens (i) e (iii) foram atenuados pelos demais.

Os expressivos aumentos do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste entre 2013 e 2014 contribuíram significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes da ampliação da posição credora na CCEE, e de forma negativa para os custos relativos à aplicação do GSF e à exposição termelétrica. No comparativo entre os anos, o PLD nos mesmos submercados avançou 161,7%, passando de R$ 258,19/MWh em 2013 para R$ 675,81/MWh em 2014.

Lucro bruto

No ano de 2014 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.498 milhões, 6,0% abaixo do apresentado em 2013, que foi de R$ 2.657 milhões, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita líquida de vendas" e "Custos da energia vendida e dos serviços prestados".

Receitas (despesas) operacionais

- Provisão para redução ao valor recuperável

No ano de 2013, a Companhia reconheceu provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos, em especial os da Usina Termelétrica Charqueadas, no montante de R$ 73 milhões. O *impairment* dos ativos de Charqueadas foi constituído em razão dos prováveis efeitos resultantes das normas impostas pela Aneel que preveem a redução do reembolso do carvão a partir de janeiro de 2016, o que, de acordo com avaliações internas, inviabilizaria a recuperação dos ativos e dos investimentos adicionais que seriam necessários para atendimento aos novos fatores de eficiência da usina exigidos pelo Regulador.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (Resultado do serviço)

No acumulado de 2014, esse resultado foi de R$ 2.303 milhões, R$ 84 milhões ou 3,5% menor em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.387 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (Despesas) operacionais".

Resultado financeiro

- Receitas financeiras: No comparativo entre 2014 e 2013, as receitas financeiras aumentaram R$ 24 milhões, passando de R$ 183 milhões para R$ 207 milhões. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) reversão de R$ 61 milhões em 2014, correspondente aos juros e variação monetária de passivos prescritos; (ii) aumento de R$ 25 milhões na receita com aplicações financeiras; (iii) redução de R$ 18 milhões nos ganhos decorrentes de êxito em ações judiciais; (iv) reconhecimento de ganho de R$ 49 milhões em 2013, oriundo da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e (v) incremento de R$ 2 milhões de variação monetária de depósitos judiciais.

- Despesas financeiras: As despesas caíram de R$ 568 milhões em 2013 para R$ 553 milhões em 2014, ou seja, R$ 15 milhões, resultado da combinação das seguintes variações: (i) redução de R$ 42 milhões na despesa com variação cambial de dívidas; (ii) aumento de R$ 8 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; (iii) elevação de R$ 7 milhões nos juros líquidos sobre passivo atuarial; (iv) crescimento de R$ 7 milhões nos juros e variação monetária sobre dívidas; (v) incremento de R$ 5 milhões nos encargos financeiros sobre demais débitos da Companhia.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 565 milhões em 2013 para R$ 574 milhões em 2014, aumento de R$ 9 milhões. Essa variação é resultado principalmente da redução do lucro antes dos impostos e do menor montante do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2014 e 2013 ficaram em 29,3% e 28,2%, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

No exercício, o lucro líquido passou de R$ 1.437 milhões em 2013 para R$ 1.383 milhões em 2014, ou seja, uma redução de R$ 54 milhões, ou 3,8%. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores anteriormente explicados, líquidos do imposto de renda e contribuição social: (i) redução de R$ 97 milhões do EBITDA; (ii) queda de R$ 37 milhões das despesas financeiras líquidas recorrentes e redução dos ganhos financeiros não recorrentes entre os anos de 2013 e 2014 de R$ 11 milhões, resultando em uma variação de R$ 26 milhões no resultado financeiro; (iii) aumento de R$ 7 milhões da depreciação e amortização; (iv) reconhecimento do *impairment* de R$ 48 milhões no exercício de 2013; e (v) redução de R$ 24 milhões das deduções permanentes das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, em especial os juros sobre o capital próprio.

Expurgando-se os efeitos anuais não recorrentes, líquidos de impostos, que impactaram positivamente o EBITDA de 2014, no valor total de R$ 133 milhões, e negativamente o ano de 2013, em R$ 36 milhões, o registro do *impairment* em 2013 no valor de R$ 48 milhões e os efeitos positivos não recorrentes no resultado financeiro, quais sejam: (i) encargos financeiros de R$ 41 milhões sobre os passivos prescritos revertidos em 2014; (ii) ganho no ano de 2013 de R$ 33 milhões na liquidação antecipada de dívida; e (iii) ganho em 2013 de R$ 19 milhões em ação judicial transitada em julgado, o lucro líquido nos anos de 2014 e 2013 seria R$ 1.209 milhões e R$ 1.469 milhões, respectivamente, uma redução de R$ 259 milhões, ou 17,7%, entre os anos analisados.

EBITDA e Margem EBITDA

No exercício, o EBITDA apresentou redução de R$ 148 milhões, ou 4,9%, passando de R$ 3.043 milhões em 2013 para R$ 2.895 milhões em 2014. A margem EBITDA em 2014 atingiu 44,7%, representando uma queda de 9,9 p.p. em comparação ao ano anterior. As reduções dos referidos indicadores decorreram principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 570 milhões na receita líquida de venda de energia contratada; (ii) efeito negativo de R$ 417 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iii) reconhecimento em 2014 da recuperação dos efeitos negativos na CCEE decorrentes dos sinistros em unidades geradoras da Companhia, conforme acima mencionado, no valor de R$ 243 milhões; (iv) reversão em 2014 da provisão decorrente dos impactos da Resolução CNPE 03, constituída em 2013, no montante de R$ 54 milhões, resultando em variação positiva de R$ 108 milhões; (v) acréscimo de R$ 500 milhões nas compras de energia para revenda; (vi) crescimento de R$ 134 milhões no consumo de combustível; (vii) constituição em 2014 de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor, em função de divergência à definição do preço do combustível consumido, no montante de R$ 89 milhões; (viii) reversão em 2014 de provisões relativas: (viii.i) à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no valor de R$ 92 milhões; e (viii.ii) a passivos prescritos, no montante de R$ 55 milhões; e (ix) elevação de R$ 76 milhões dos demais custos e despesas operacionais. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes mencionados nos itens (iv), (viii.i) e (viii.ii), o EBITDA teria alcançado R$ 2.694 milhões e R$ 3.097 milhões, nos anos de 2014 e 2013 respectivamente, uma redução de R$ 403 milhões, ou 13,0%, entre os exercícios comparados.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	1.383	1.437
(+) Imposto de renda e contribuição social	574	565
(+) Despesas financeiras, líquidas	346	385
(+) Depreciação e amortização	592	583
EBITDA	**2.895**	**2.970**
(+) Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment)*	-	73
EBITDA Ajustado	**2.895**	**3.043**
Margem EBITDA (%)	**44,70%**	**54,60%**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação, amortização e *impairment*, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

	ATIVO							
Valores em R$ milhões	31.12.2015	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2015 *versus* 31.12.2014 (%)	31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	2.397	15,7	1.605	11,8	1.224	9,7	49,3	31,1
Contas a receber de clientes	774	5,1	713	5,2	740	5,9	8,6	(3,6)
Estoques	89	0,6	70	0,5	65	0,5	27,1	7,7
Créditos fiscais a recuperar	46	0,3	51	0,4	60	0,5	(9,8)	(15,0)
Combustíveis a reembolsar	144	0,9	343	2,5	140	1,1	(58,0)	145,0
Indenização de seguro a receber	8	0,1	217	1,6	-	-	(96,3)	-
Depósitos vinculados	20	0,1	104	0,8	4	-	(80,8)	2.500,0
Ganhos não realizados em operações de hedge	778	5,1	30	0,2	-	-	2.493,3	-
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	26	0,2	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	74	0,5	54	0,5	72	0,7	37,0	(25,0)
	4.356	**28,6**	**3.187**	**23,5**	**2.305**	**18,4**	**36,7**	**38,3**
Ativo não circulante mantido para venda	87	0,6	87	0,6	-	-	-	-
	4.443	**29,2**	**3.274**	**24,1**	**2.305**	**18,4**	**36,7**	**38,3**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Créditos fiscais a recuperar	47	0,3	84	0,6	100	0,8	(44,0)	(16,0)
Depósitos vinculados	158	1,0	156	1,1	131	1,0	1,3	19,1
Depósitos judiciais	133	0,9	117	0,9	107	0,8	13,7	9,3
Valores a receber pela alienação de ativo	-	-	-	-	87	0,7	-	(100,0)
Ganhos não realizados em operações de hedge	130	0,8	64	0,5	1	-	103,1	6.300,0
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	197	1,3	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	52	0,2	60	0,4	56	0,4	(13,3)	7,1
	717	**4,5**	**481**	**3,5**	**482**	**3,7**	**49,1**	**(0,2)**
Imobilizado	**9.898**	**64,7**	**9.658**	**71,0**	**9.708**	**76,9**	**2,5**	**(0,5)**
Intangível	**243**	**1,6**	**197**	**1,4**	**126**	**1,0**	**23,4**	**56,3**
	10.858	**70,8**	**10.336**	**75,9**	**10.316**	**81,6**	**5,1**	**0,2**
TOTAL	**15.301**	**100,0**	**13.610**	**100,0**	**12.621**	**100,0**	**12,4**	**7,8**

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores em R$ milhões	31.12.2015	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2015 *versus* 31.12.2014 (%)	31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	574	3,8	642	4,7	510	4,0	(10,6)	25,9
Dividendos e juros sobre o capital próprio	271	1,8	200	1,5	221	1,8	35,5	(9,5)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.713	11,2	455	3,3	667	5,3	276,5	(31,8)
Concessões a pagar	61	0,4	55	0,4	52	0,4	10,9	5,8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	0,1	228	1,7	434	3,4	(92,1)	(47,5)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	97	0,6	67	0,5	63	0,5	44,8	6,3
Provisão para remunerações e encargos	103	0,7	72	0,5	64	0,5	43,1	12,5
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	26	0,2	15	0,1	15	0,2	73,3	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	22	0,1	49	0,4	29	0,2	(55,1)	69,0
Outros passivos circulantes	104	0,7	160	1,2	95	0,8	(35,0)	68,4
	2.989	**19,6**	**1.943**	**14,3**	**2.150**	**17,1**	**53,8**	**(9,6)**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.534	16,6	3.598	26,4	2.830	22,4	(29,6)	27,1
Concessões a pagar	2.010	13,1	1.711	12,6	1.543	12,2	17,5	10,9
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	247	1,6	187	1,4	180	1,4	32,1	3,9
Obrigações com benefícios de aposentadoria	256	1,7	234	1,7	190	1,5	9,4	23,2
Imposto de renda e contribuição social diferido	559	3,7	213	1,6	164	1,3	162,4	29,9
Outros passivos não circulantes	64	0,3	69	0,4	199	1,6	(7,2)	(65,3)
	5.670	**37,0**	**6.012**	**44,1**	**5.106**	**40,4**	**(5,7)**	**17,7**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	2.446	16,0	2.446	18,0	2.446	19,4	-	-
Reservas de capital	92	0,6	92	0,7	92	0,7	-	-
Reservas de lucros	2.833	18,5	1.783	13,1	1.772	14,0	58,9	0,6
Aumento de capital e dividendos propostos	500	3,3	806	5,9	462	3,7	(38,0)	74,5
Ajustes de avaliação patrimonial	769	5,0	524	3,9	590	4,7	46,8	(11,2)
	6.640		**5.651**		**5.362**			
Participação de acionista não controlador	2	-	4	-	3	-	(50,0)	33,3
	6.642	**43,4**	**5.655**	**41,6**	**5.365**	**42,5**	**17,5**	**97,2**
TOTAL	**15.301**	**100,0**	**13.610**	**100,0**	**12.621**	**100,0**	**12,4**	**7,8**

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2015 e 31.12.2014

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O acréscimo de R$ 792 milhões resulta, principalmente, da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 2.579 milhões; (ii) aplicação de R$ 753 milhões em ativos imobilizado e intangível; (iii) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 704 milhões; (iv) amortização de R$ 414 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) captação de recursos através de empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 138 milhões, destinados, principalmente, a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda, a ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A. e a construção dos projetos em desenvolvimento; e (vi) pagamento de parcelas de concessões no montante de R$ 59 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R$ 61 milhões deve-se, principalmente, ao aumento do preço médio de venda de energia à comercializadoras e consumidores livres e ao acréscimo das transações no mercado de energia de curto prazo, parcialmente reduzidos pelo decremento da quantidade vendida a distribuidoras.

Estoques

O aumento de R$ 19 milhões decorre, principalmente, da elevação do estoque de carvão e do incremento do volume em estoque e do preço de compra de itens de almoxarifado.

Combustíveis a reembolsar

A redução de R$ 199 milhões decorreu, substancialmente, da regularização dos reembolsos do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia. Os reembolsos, em situação normal, são realizados após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores. Em 31.12.2015 estavam pendentes de reembolso da Eletrobras os montantes referentes as competências de novembro e dezembro do mesmo ano, enquanto que em 31.12.2014 os valores referentes a agosto a dezembro de 2014 não haviam sido reembolsados. A regularização se deu no primeiro semestre de 2015.

Indenização de seguro a receber

O decréscimo de R$ 212 milhões decorre principalmente do seguinte: (i) R$ 39 milhões – reconhecimento de complemento de indenização de seguro de lucros cessantes em razão dos impactos negativos na CCEE decorrentes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, motivada por sinistros ocorridos em 2014; e (ii) R$ 248 milhões – recebimento das indenizações dos sinistros acima mencionado relativos a períodos anteriores que ainda se encontravam pendentes de recebimento.

Depósitos vinculados

O decréscimo de R$ 84 milhões deriva dos seguintes fatores: (i) R$ 53 milhões – redução de garantias financeiras em razão das operações realizadas na CCEE; (ii) R$ 42 milhões – liberação de parcela dos depósitos efetuados em conta vinculada haja vista o cumprimento de determinadas condições precedentes estabelecidas no contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A.; e (iii) R$ 11 milhões – aportes de garantias estabelecidas nos contratos de venda de energia efetuados por clientes da Companhia, os quais serão liberados conforme a realização desses contratos.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo e de fluxo de caixa, os quais apresentam saldo em 2015 de R$ 489 milhões e R$ 289 milhões, respectivamente. As operações de *hedge* de valor justo foram contratadas concomitantemente aos empréstimos tomados em moeda estrangeira, a fim de proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros das oscilações do dólar norte americano. As operações de *hedge* de fluxo de caixa visam proteger os pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira advindos dos contratos de construção de usinas. O incremento de R$ 748 milhões foi fortemente influenciado pelo aumento do dólar frente ao real no ano de 2015.

Repactuação de risco hidrológico a apropriar

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo às usinas da Companhia cuja energia estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido Acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impeça a aplicação direta do mecanismo do GSF. As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia. A estimativa da Companhia é de que R$ 26 milhões sejam compensados no exercício de 2016 e, por isto, este saldo está apresentado no ativo circulante.

Outros ativos circulantes

O aumento de R$ 20 milhões decorre da combinação dos seguintes itens: (i) R$ 9 milhões – aumento de despesas a apropriar haja vista incremento do prêmio do seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios; (ii) R$ 6 milhões – incremento de dispêndios e sinistros a serem reembolsados; (iii) R$ 3 milhões – acréscimo de adiantamento a fornecedores; e (iv) R$ 2 milhões – crescimento do saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Créditos fiscais a recuperar

A redução de R$ 37 milhões é resultado, principalmente, da combinação dos seguintes itens: (i) maior utilização de créditos de PIS e Cofins durante o exercício de 2015; e (ii) aumento do ICMS a recuperar sobre aquisições de ativo imobilizado.

Depósitos judiciais

O incremento em R$ 16 milhões refere-se, basicamente, a variação monetária dos depósitos judiciais.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa. A natureza da operação e a razão do acréscimo de R$ 66 milhões apresentado estão descritas no item "Ganhos não realizados em operações de *hedge*", no item "Ativo circulante".

Repactuação de risco hidrológico a apropriar

O montante de R$ 197 milhões corresponde aos valores que serão compensados com a obrigação de prêmio de risco no período compreendido entre 2017 e 2033, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 684/2015. A natureza da rubrica está descrita no item "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", no item "Ativo circulante".

Imobilizado

O aumento em R$ 240 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 784 milhões; (ii) depreciação de R$ 588 milhões; (iii) capitalização de R$ 68 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) baixas de bens inservíveis no montante de R$ 14 milhões; e (v) reconhecimento de provisão para redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment)* de R$ 10 milhões.

Intangível

O acréscimo de R$ 46 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento dos direitos sobre os projetos Campo Largo, Santo Agostinho e Assú.

Passivo circulante

Fornecedores

O decremento de R$ 68 milhões é resultado do aumento dos saldos de energia elétrica comprada e de fornecedores de imobilizado, parcialmente compensado pela redução das transações na CCEE, dos fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa e dos fornecedores de materiais e serviços.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento de R$ 71 milhões decorre de um maior crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao ano de 2015 em comparação com o ano 2014.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O incremento de R$ 1.258 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) transferência de R$ 1.609 milhões do passivo não circulante, decorrente, principalmente, do vencimento em 2016 dos empréstimos com o HSBC USA, o Mizuho Bank e o Bank of Tokyo; (ii) pagamentos de principal e juros de R$ 756 milhões; e (iii) encargos financeiros de R$ 405 milhões.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A redução de R$ 210 milhões ocorreu devido a adoção da Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2015, de pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base no balanço mensal de suspensão ou redução, enquanto que anteriormente a apuração mensal era baseada na estimativa, através da receita bruta.

Outras obrigações fiscais e regulatórias

O aumento de R$ 30 milhões deve-se, principalmente, ao incremento do saldo a pagar de PIS e Cofins, em razão de: (i) menor crédito tomado em dezembro de 2015, se comparado ao período de dezembro de 2014; (ii) aumento de receita de venda; e (iii) aumento de receitas financeiras.

Provisão para remunerações e encargos

Em 2015 houve o incremento da provisão para gastos com demissão voluntária referente a colaboradores, inclusive administradores, que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, reaberto em 2013, e se desligarão em 2016 e da provisão para participação nos resultados e bônus gerencial, o que resultou em um aumento de R$ 31 milhões na rubrica.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O decréscimo de R$ 27 milhões deve-se, essencialmente, à redução da estimativa de pagamentos de benefícios e contribuições a serem efetuados no ano de 2016.

Outros passivos circulantes

A redução de R$ 56 milhões deve-se, principalmente, a liberação do depósito em garantia para liquidação de parcela decorrente da aquisição da integralidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. e aplicação da integralidade dos recursos de obrigações com programa de P&D em projetos.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O decréscimo de R$ 1.064 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) transferência para o passivo circulante de R$ 1.609 milhões das dívidas que vencerão em 2016; (ii) encargos financeiros de R$ 407 milhões; e (iii) captação de recursos do BNDES e do HSBC USA, no valor global de R$ 138 milhões, destinados, principalmente, a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda, a ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A. e a construção dos projetos em desenvolvimento.

Concessões a pagar

O incremento de R$ 299 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R$ 364 milhões; e (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 65 milhões. ***Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas***

O aumento de R$ 60 milhões é resultado, principalmente, da constituição provisões conforme avaliação de risco de perda feita pela Companhia e seus consultores jurídicos.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O aumento de R$ 22 milhões deve-se, essencialmente, a remensuração atuarial, em razão da avaliação atuarial ocorrida ao fim do exercício de 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R$ 346 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) aumento dos ganhos com as operações de *swap* e *hedge* de fluxo de caixa; e (ii) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.

Patrimônio líquido

O aumento de R$ 987 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2015 de R$ 1.501 milhões; (ii) dividendos intercalares pagos e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2015 de R$ 628 milhões; (iii) reconhecimento de ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa no valor de R$ 272 milhões; (iv) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2014 de R$ 172 milhões; e (v) ganho na remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R$ 14 milhões.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2014 e 31.12.2013

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O acréscimo de R$ 381 milhões resulta, principalmente, da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.677 milhões; (ii) captação de recursos através de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R$ 1.220 milhões, destinados, principalmente, a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo, a ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A., a construção dos projetos eólicos em desenvolvimento e ao refinanciamento da dívida; (iii) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.081 milhões; (vi) amortização de R$ 782 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) aplicação de R$ 353 milhões em ativos imobilizado e intangível; (vi) pagamento pela aquisição das empresas Ferrari Termoelétrica S.A., CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e dos direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, no montante de R$ 235 milhões; e (vii) pagamento de parcelas de concessões a pagar no montante de R$ 55 milhões.

Contas a receber de clientes

A redução de R$ 27 milhões deve-se, principalmente, a diminuição dos montantes a receber decorrentes de transações no mercado de energia de curto prazo, parcialmente compensada pela elevação das contas a receber resultante do aumento do preço de venda da energia e dos novos contratos de venda firmados.

Combustíveis a reembolsar

O incremento de R$ 203 milhões decorreu, substancialmente, pelo acúmulo de cinco meses dos montantes de compras de combustível a serem reembolsados pela Eletrobras em 31.12.2014 e de somente dois meses em 31.12.2013. Uma das parcelas vencidas foi recebida no mês de janeiro de 2015.

Indenização de seguro a receber

O saldo de R$ 217 milhões corresponde à indenização de seguro a receber em razão dos impactos negativos na CCEE decorrentes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, motivada por sinistros ocorridos nestas unidades. A Companhia recebeu R$ 101 milhões no primeiro trimestre de 2015.

Depósitos vinculados

O incremento de R$ 100 milhões deriva, principalmente, dos seguintes fatores: (i) R$ 48 milhões – depósitos efetuados em conta vinculada para garantir o cumprimento de determinadas condições precedentes estabelecidas no contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., quais sejam: (i.i) implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, obtenção de licença ambiental, bem como revisão da garantia física da usina; e (i.ii) revisão técnica do turbo gerador, conclusão de obras de adequação de subestações, entre outras; e (ii) R$ 54 milhões – aporte de garantias financeiras em razão das operações realizadas na CCEE.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo e fluxo de caixa, os quais apresentam saldo em 2014 de R$ 27 milhões e R$ 3 milhões, respectivamente. As operações de *hedge* de valor justo foram contratadas concomitantemente aos empréstimos tomados em moeda estrangeira, a fim de proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros das oscilações do dólar norte americano. As operações de *hedge* de fluxo de caixa visam proteger os pagamentos de dos compromissos futuros em moeda estrangeira advindos dos contratos de construção de usinas.

Outros ativos circulantes

A redução de R$ 18 milhões decorre, substancialmente, da diminuição do saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social.

Ativo não circulante mantido para venda

Nesta rubrica estão registrados os bens recebidos pela Companhia em função de sentença favorável em ação de execução movida contra a Elétrica Jacuí Ltda. (Eleja) para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda do empreendimento termelétrico Jacuí. Em 2013 os valores a receber da Eleja, no valor de R$ 87 milhões, vinham sendo apresentados na rubrica "Valores a receber pela alienação de ativo", no ativo não circulante. A partir de 30.09.2014, com a adjudicação e o recebimento dos bens concedidos em garantia do crédito, a Companhia passou a registrar o ativo como "Ativo não circulante mantido para venda", mantendo o registro do valor contábil do ativo, visto que o mesmo apresenta valor inferior à avaliação apresentada pelo perito judicial dos ativos que cabem à Companhia, no montante de R$ 115 milhões.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Créditos fiscais a recuperar

A redução de R$ 16 milhões está relacionada, principalmente, à compensação de créditos de PIS e Cofins durante o exercício de 2014.

Depósitos vinculados

O aumento em R$ 25 milhões deve-se, basicamente, ao complemento do depósito em garantia do financiamento do Parque Eólico Trairi.

Depósitos judiciais

O incremento em R$ 10 milhões refere-se, basicamente, a variação monetária dos depósitos judiciais.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo e fluxo de caixa, os quais apresentam saldo em 2014 de R$ 39 milhões e R$ 25 milhões, respectivamente. A natureza das operações está descrita no item "Ganhos não realizados em operações de *hedge*", no item "Ativo circulante".

Imobilizado

A redução em R$ 50 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 294 milhões; (ii) aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., cujo imobilizado era de R$ 217 milhões, inclusive o valor justo de aquisição alocado a estes ativos; (iii) juros de empréstimos e financiamentos capitalizados no montante de R$18 milhões; (iv) depreciação de R$ 577 milhões; e (v) baixa de ativos de R$ 2 milhões.

Intangível

O acréscimo de R$ 71 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento dos direitos sobre os projetos CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e Santo Agostinho, adquiridos em combinações de negócios.

Passivo circulante

Fornecedores

O incremento de R$ 132 milhões é resultante, substancialmente, da combinação dos seguintes itens: (i) aumento do saldo de transações na CCEE; (ii) incremento dos fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa; (iii) redução dos saldos de energia elétrica comprada; e (iv) decréscimo dos fornecedores de imobilizado e intangível.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O decréscimo em R$ 21 milhões decorre de um menor crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao ano de 2014 em comparação com 2013.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O decréscimo de R$ 212 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) pagamentos de principal e juros de R$ 1.004 milhões; (ii) transferência de R$ 567 milhões do passivo não circulante, decorrente, principalmente, das parcelas do empréstimo com o BNP Paribas, liquidado antecipadamente em 2014, e do empréstimo, líquido do *hedge*, com o HSBC com vencimento em 2015; (iii) encargos financeiros apropriados de R$ 219 milhões; e (iv) absorção do contrato de financiamento com o BNDES e bancos repassadores decorrente da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. no valor de R$ 6 milhões.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

A redução de R$ 206 milhões decorre, substancialmente, da combinação da redução do lucro real (base de cálculo do imposto de renda e contribuição social) e do menor montante de crédito dos juros sobre o capital próprio.

Provisão para remunerações e encargos

O acréscimo de R$ 8 milhões decorre, substancialmente, de aumento da provisão para participação nos resultados e bônus gerencial.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O incremento de R$ 20 milhões deve-se, essencialmente, ao aumento da estimativa de pagamentos de benefícios e contribuições a serem efetuados no ano de 2015.

Outros passivos circulantes

O acréscimo de R$ 65 milhões deve-se, principalmente, as parcelas vincendas referentes à aquisição da integralidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e Complexo Santo Agostinho.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento de R$ 768 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) recebimento de financiamentos do BNDES e de recursos provenientes da emissão de debêntures, substancialmente para a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo, e de empréstimos contraídos com o HSBC, Mizuho e Tokyo, no valor global de R$ 1.220 milhões; (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 567 milhões das dívidas que vencerão em 2015; (iii) absorção do contrato de financiamento com o BNDES e bancos repassadores decorrente da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. no valor de R$ 38 milhões; e (iv) encargos financeiros de R$ 77 milhões.

Concessões a pagar

O incremento de R$ 168 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R$ 226 milhões; e (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 58 milhões.

Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

O avanço de R$ 7 milhões refere-se, substancialmente, ao que segue: (i) atualização das provisões existentes no montante de R$ 22 milhões e (ii) reversão de provisão relativa à cobrança de INSS em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais denominado "REFIS da Copa", no valor de R$ 16 milhões.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O aumento de R$ 44 milhões deve-se, essencialmente, a combinação dos seguintes itens: (i) juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido de R$ 28 milhões; (ii) contribuição da patrocinadora de R$ 34 milhões; (iii) perda na remensuração atuarial de R$ 70 milhões; e (iv) transferência de R$ 20 milhões para o passivo circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R$ 49 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis; (ii) redução dos ganhos com as operações de *swap* e do custo atribuído do imobilizado (valor justo); (iii) constituição de tributos diferidos sobre as operações de *hedge* de fluxo de caixa e sobre os juros capitalizados; e (iv) provisão pela remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria.

Outros passivos não circulantes

A redução de R$ 130 milhões decorre, fundamentalmente, dos seguintes itens: (i) reversão de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão no valor de R$ 116 milhões; e (ii) transferência de R$ 26 milhões para o passivo circulante do valor esperado de realização das obrigações com pesquisa e desenvolvimento nos próximos doze meses.

Patrimônio líquido

O aumento de R$ 290 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2014 de R$ 1.383 milhões; (ii) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2013 de R$ 462 milhões; (iii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2014 de R$ 603 milhões; (iv) remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R$ 46 milhões; e (v) reconhecimento de ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa no valor de R$ 18 milhões.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita líquida da Companhia é a seguinte:

Em R$ milhões	31.12.2015	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2015 *versus* 31.12.2014 (%)	31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Distribuidoras de energia elétrica	3.046	46,7	3.044	47,0	2.824	50,7	0,1	7,8
Comercializadoras de energia elétrica	209	3,2	239	3,7	250	4,4	(12,6)	(4,4)
Consumidores livres	2.916	44,8	2.248	34,7	1.887	33,9	29,7	19,1
Transações no mercado de curto prazo	303	4,7	903	14,0	566	10,2	(66,4)	59,5
Outras receitas	38	0,6	39	0,6	42	0,8	(2,6)	(7,1)
	6.512	**100,0**	**6.473**	**100,0**	**5.569**	**100,0**	**0,6**	**16,2**

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2015 e 31.12.2014

Distribuidoras de energia elétrica

No ano de 2015, a receita de venda a distribuidoras atingiu R$ 3.047 milhões, incremento de 0,1% em relação ao exercício de 2014, quando foi de R$ 3.044 milhões. Esse acréscimo é explicado pela associação destas variações: (i) R$ 246 milhões — crescimento de 8,4% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 244 milhões — redução de 7,7% — ou 1.434 GWh (163 MW médios) — do volume de energia vendida.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R$ 209 milhões, 12,6% inferior à receita auferida em 2014 — R$ 239 milhões. A redução apresentada é resultado dos seguintes aspectos: (i) R$ 129 milhões — queda de 42,8%, ou 881 GWh (101 MW médios), no volume de energia vendida; e (ii) R$ 99 milhões — acréscimo de 52,7% no preço médio líquido de vendas.

Consumidores livres

No ano de 2015, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R$ 2.916 milhões, 29,7% além dos R$ 2.248 milhões verificados em 2014. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R$ 477 milhões — crescimento de 20,4% no preço médio líquido da energia vendida; e (ii) R$ 191 milhões — acréscimo de 1.255 GWh (143 MW médios), ou 7,7%, no volume de venda de energia.

Transações no mercado de curto prazo

No exercício de 2015, em relação ao ano anterior, houve decréscimo de R$ 600 milhões na receita das transações de curto prazo, passando de R$ 903 milhões em 2014 para R$ 303 milhões em 2015. Mais explicações sobre tais operações e variações podem ser obtidas no item 10.1.h.1.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2014 e 31.12.2013

Distribuidoras de energia elétrica

No ano de 2014, essa receita atingiu 3.044 milhões, aumento de 7,8%, ou R$ 220 milhões, em relação ao exercício de 2013, que apresentou R$ 2.824 milhões de receita de venda a distribuidoras. Esse acréscimo é explicado pela associação das seguintes variações: (i) R$ 216 milhões – crescimento de 7,6% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 4 milhões – ligeiro incremento de 0,1% do volume de energia vendida.

Comercializadoras de energia elétrica

Em 2014, a receita de venda a comercializadoras foi de R$ 239 milhões, R$ 11 milhões inferior, ou 4,4%, à receita auferida em 2013 de R$ 250 milhões. A redução apresentada é resultado dos seguintes aspectos: (i) R$ 8 milhões – diminuição de 3,1%, ou 65 GWh (7 MW médios), na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 3 milhões – decréscimo de 1,3% no preço médio líquido de vendas.

Consumidores livres

No exercício de 2014, essa receita alcançou R$ 2.248 milhões, 19,1%, ou R$ 361 milhões, além dos R$ 1.887 milhões auferidos no ano de 2013. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R$ 222 milhões – acréscimo de 1.669 GWh (191 MW médios), ou 11,4%, na quantidade de venda de energia; e (ii) R$ 139 milhões – crescimento de 6,9% no preço médio líquido da energia vendida.

Transações no mercado de curto prazo

Nos doze meses de 2014, em relação ao ano anterior, houve uma ampliação de R$ 337 milhões na receita das transações de curto prazo, passando de R$ 566 milhões em 2013 para R$ 903 milhões em 2014. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas no item 10.1.h.1.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos anos de 2015, 2014 e 2013 estão abaixo mencionados. Informações complementares sobre os mesmos estão detalhadas nos itens 10.1.h e 10.2.a.(i) anteriormente descritos.

Ano de 2015 - (i) ampliação do preço médio líquido de venda; (ii) redução da quantidade vendida à distribuidoras, comercializadoras e consumidores livres; (iii) resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE ante resultado negativo no exercício anterior, incluindo os efeitos da adesão à repactuação do risco hidrológico de algumas usinas da Companhia, cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada, conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015; (iv) crescimento dos custos com a compra de energia para revenda; (v) efeito negativo decorrente de constituição de provisões operacionais; (vi) aumento dos demais custos de energia vendida e dos serviços prestados; e (vii) crescimento das despesas financeiras líquidas em função, principalmente, dos maiores juros e variações, monetárias e cambiais, sobre as dívidas.

Ano de 2014 - (i) elevação do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) efeito negativo no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, incluindo o reconhecimento da recuperação dos efeitos negativos na CCEE decorrentes dos sinistros em unidades geradoras da Companhia; (iii) incremento dos custos com a compra de energia para revenda; (iv) aumento do consumo de combustíveis em razão do maior despacho da Usina Termelétrica William Arjona; (v) reversão de passivos prescritos relativos à compra de energia e encargos de transmissão; e (vi) queda das despesas financeiras líquidas.

Ano de 2013 - (i) aumento do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) variação negativa no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE; (iii) aumento no lucro relativo às demais operações da Companhia; (iv) registro de *impairment* de ativos de geração termelétrica; e (v) reconhecimento de ganhos não recorrentes decorrentes de liquidação antecipada de dívida e de ação judicial favorável à Companhia relativa a juros e variação monetária sobre venda de energia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e pelo IGP-M. A receita da Companhia não está exposta a taxas de câmbio e não foi afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 10.2.a (i).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

c.1) Inflação e variação de preços nos custos de venda da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda - Estas transações normalmente são realizadas através de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados, na sua grande parte, pelo IGP-M e IPCA. O impacto médio referente ao reajuste de preço pelos índices de inflação no exercício de 2015 foi de cerca de R$ 37 milhões, e nos anos de 2014 e 2013 foi de aproximadamente R$ 27 milhões e R$ 18 milhões, respectivamente.

Combustível para a produção de energia elétrica - O preço do gás consumido na UTE William Arjona é denominado em dólar norte americano, equivalente em reais, e reajustado anualmente pela variação do *Producer Price Index* (*PPI*), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial. Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar elevou substancialmente o custo unitário do gás nos exercícios de 2015 e 2014.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão - São calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IGP-M e IPCA. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de aproximadamente R$ 35 milhões, R$ 20 milhões e R$ 18 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - O valor corresponde a 6,75 % sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anual de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada quatro anos. Para os anos de 2015 o reajuste da TAR foi de 6,7% e o impacto no custo da Companhia foi de aproximadamente R$ 11 milhões. Nos anos de 2014 e 2013, os efeitos decorrentes dos reajustes de 5,9% e de 3,5% foram de R$ 9 milhões e de R$ 5 milhões, respectivamente.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

A Companhia não possui, em 31.12.2015 e 31.12.2014, empréstimos expostos à variação da cotação de moeda estrangeira, em função dos instrumentos de *hegde* (*swap*) contratados. Em 31.12.2013, o montante de R$ 129 milhões exposto a tal variação correspondia a 3,7% do somatório consolidado dos empréstimos, dos financiamentos e das debêntures da Companhia.

Em novembro de 2014, o empréstimo junto ao BNP Paribas foi liquidado antecipadamente, no montante de R$ 130 milhões, extinguindo a exposição da Companhia ao Euro.

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de suas dívidas em dólar norte americano, contratadas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64 milhões, extinguindo a exposição da Companhia ao dólar.

A Companhia possui empréstimos contratados em dólar com *swap* integral para o CDI, os quais geram efeito no resultado de dívidas vinculadas à variação do CDI e não ao dólar. Estes empréstimos têm vencimentos em 2016.

Não houve, em 2015, impacto no resultado financeiro em decorrência de variação cambial. No exercício de 2014, o resultado financeiro foi impactado positivamente em R$ 3 milhões (efeito negativo de R$ 39 milhões em 2013). Estes efeitos representaram aproximadamente 0,2% do resultado operacional da Companhia em 2014 (2,0% em 2013).

Em decorrência de não existirem saldos de empréstimos e de financiamentos em moeda estrangeira sem cobertura de *hedge*, o risco de impactos relevantes no seu resultado financeiro e caixa em decorrência da variação das moedas estrangeiras frente ao Real é nulo.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, do CDI, do IPCA e do IGP-M. Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 foram os seguintes:

(Valores em R$ milhões)	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Concessões a pagar	Total
Exercício Social findo em 31.12.2015			
- Juros	282	173	455
- Variação monetária	45	191	236
Exercício Social findo em 31.12.2014			
- Juros	235	152	387
- Variação monetária	16	73	89
Exercício Social findo em 31.12.2013			
- Juros	223	136	359
- Variação monetária	21	81	102

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, o qual é composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou comprada por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento representou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2015. O crescimento do parque gerador da Companhia em 2015 foi formado com a finalização das obras de expansão da Ferrari Termelétrica, iniciadas em 2014, que agregaram 15,0 MW ao parque gerador. Em complemento, a inclusão do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Eólico de Tubarão (SC), agregou 2,1 MW. Com isso, os 7.044,3 MW alcançados ao final de 2015 representam um aumento de 17,1 MW ou 0,2% em relação aos 7.027,2 MW do final de 2014.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são as seguintes:

- Complexo eólico Santa Mônica

A implantação do Complexo Eólico Santa Mônica prosseguiu durante o ano de 2015, e sua entrada em operação comercial está prevista para 2016. Com capacidade de 97,2 MW, será composto por quatro centrais eólicas. No Leilão A-3, ocorrido em agosto de 2015, a Tractebel Energia comercializou 46,0 MW médios desse empreendimento, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2018. Os quatro parques eólicos têm capacidade comercial total de 48,7 MW médios. O custo de construção está estimado em R$ 460 milhões.

- Complexo Eólico Santo Agostinho

Em agosto de 2014 a controlada integral TBLP adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, o qual é composto por vinte e quatro SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, cada SPE participando com 25 MW, todo localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em dezembro de 2014, a Companhia finalizou o processo de aquisição da primeira fase do projeto, tendo sido transferidas nove SPE e uma holding para seu controle. O valor de aquisição atualizado referente a esta primeira fase foi de R$ 21 milhões.

Em junho e outubro de 2015, a Companhia adquiriu, através de sua controlada integral TBLP, os direitos de desenvolvimento das fases II e III-A, respectivamente, do Complexo Eólico Santo Agostinho, as quais são compostas por 11 (onze) Sociedades de Propósito Específico (SPE). Os parques estão localizados nos munícipios de Lajes e Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte.

- Projeto Santo Assú

Em novembro de 2015, a controlada direta TBLP assinou contrato de aquisição de projetos de implantação de três usinas fotovoltaicas e de opção de compra de duas usinas fotovoltaicas, com prazo de exercício até 11 de junho de 2016, no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte. Ainda em novembro de 2015, a TBLP, por meio de sua controlada Assú V, a qual desenvolverá um dos projetos adquiridos, comercializou 9,2 MW médios em Leilão de Energia de Reserva – LER promovido pela Aneel, ao valor de R$ 302,99/MWh, pelo prazo de 20 anos, a serem fornecidos a partir de 1º de novembro de 2018. Assú V terá capacidade instalada de 36,7 MW, e suas obras deverão ser iniciadas em 2016. O empreendimento demandará o investimento total de aproximadamente R$ 220 milhões.

Eventual alienação – Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca

Em 06 de julho de 2015 a Companhia publicou Comunicado ao Mercado informando a contratação de uma empresa de assessoria para coordenar uma eventual alienação das sociedades de propósito específico: (i) Eólica Beberibe S.A., que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,6 MW; (ii) Eólica Pedra do Sal S.A., que detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18,0 MW; e (iii) Hidrelétrica Areia Branca S.A, que detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, com capacidade instalada de 19,8 MW.

A Operação faz parte de uma estratégia de otimização do parque gerador da Companhia, que visa a permitir a expansão em ativos que ofereçam maior grau de sinergia entre si. O fechamento da Operação estará sujeito, dentre outros, ao atingimento de condições favoráveis de venda pela Companhia, bem como à obtenção das devidas aprovações pelas autoridades competentes.

c. Eventos ou operações não usuais

- Repactuação de risco hidrológico

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e a fim de mitigar os efeitos negativos do GSF aplicado às usinas integrantes do MRE, a Companhia, em dezembro de 2015, aderiu, mediante manifestação formal e despachos emitidos pela Aneel, à repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada. Como condicionante para a adesão, a Companhia teve que desistir de qualquer disputa judicial que impeça a aplicação do GSF as suas usinas.

Tal repactuação foi retroativa a janeiro de 2015, resultando no ressarcimento (líquido do prêmio de risco de 2015), no valor de R$ 223 milhões, registrado na rubrica do ativo "Repactuação de risco hidrológico a apropriar", que será compensado com os prêmios de risco futuros a serem incorridos pela Companhia.

As regras da repactuação estabelecem opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que será compensado com os prêmios de risco calculados a valor presente devidos pela Companhia.

A classificação do montante a ser ressarcido no balanço patrimonial da Companhia tem a seguinte composição: (i) R$ 26 milhões reconhecidos no ativo circulante; e (ii) R$ 197 milhões reconhecidos no ativo não circulante. A tabela a seguir demonstra a expectativa de realização do saldo reconhecido no ativo não circulante:

2017	26
2018	25
2019	15
2020	15
2021	15
2022 a 2026	62
2027 a 2031	35
2032 em diante	4
	197

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

Exercício encerrado em 31.12.2013

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passaram a ser reconhecidos diretamente na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido.

Ademais, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício encerrado em 31.12.2013

Em consequência das alterações das normas CPC 33 e IAS 19 para o registro de benefícios a empregados, conforme anteriormente mencionado, a Companhia ajustou retrospectivamente a 01.01.2012 os ativos, passivos e resultados com os benefícios de aposentadoria, bem como os respectivos efeitos no imposto de renda e contribuição social diferidos. Assim, o exercício de 2013 já contemplou a nova prática relativa ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Exercício encerrados em 31.12.2015 e 31.12.2014

Não houve ressalva no Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes da Companhia relativo às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31.12.2015 e 31.12.2014.

Exercício encerrados em 31.12.2013

Não houve ressalva no Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes da Companhia relativo às Demonstração Contábil do exercício findo em 31.12.2013.

Transcrevemos no parágrafo a seguir, a ênfase padrão constantes dos relatórios dos auditores independentes emitidos sobre as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31.12.2013, aplicável a todas as Companhias que possuem investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme exigências do Comunicado Técnico IBRACON nº 04/2010. Tendo em vista a exigência prevista pelo IBRACON, a Administração da Companhia considera apropriada a ênfase abaixo a seguir transcrita.

"Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. "

A ênfase padrão supracitada foi excluída a partir dos relatórios dos auditores independentes emitidos sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2014, pois, em agosto de 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem também o método de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A adoção antecipada desse procedimento eliminou a única inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais até então existentes, não sendo necessário qualquer ajuste retrospectivo nas demonstrações contábeis reportadas.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, e alguns impactos relacionados às mudanças nessas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas de câmbio futuro e taxas de juros de longo prazo.

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens – limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando os mesmos são necessários.

c. Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

d. Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados pelos seus valores de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, estimativas de inflação, de previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido às mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. No ano de 2015, a Companhia reconheceu provisão para redução do valor recuperável de ativos no montante de R$ 10 milhões. Em 2014, não houve quaisquer indicativos identificados que resultassem na redução do valor recuperável dos ativos da Companhia. Em 31.12.2013, a Companhia, baseada em suas análises, identificou a necessidade de constituir provisão para redução do valor recuperável de alguns de seus ativos de longa duração, no montante de R$ 73 milhões.

e. Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

10.6 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

10.7 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, ao final do ano de 2015, detinha em andamento as obras dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Campo Largo e da Usina Termelétrica Pampa Sul. O montante investido, em 2015, foi de R$ 917 milhões, sendo R$ 779 milhões provenientes de recursos próprios e R$ 138 milhões através de dívidas.

Os investimentos realizados em 2015 e os previstos para o período de 2016 a 2018, na data-base de 31.12.2015, são os seguintes:

Valores em R$ milhões	Realizado 2015	Previsto 2016	Previsto 2017	Previsto 2018
Financiamento com:				
- Capital de terceiros	138	1.882	567	1.034
- Capital próprio	779	469	1.033	879
	917	2.351	1.600	1.913

No ano de 2015, a Companhia investiu R$ 494 milhões na construção de novas usinas, dos quais R$ 275 milhões nos parques eólicos em construção na Região Nordeste, R$ 160 milhões na Usina Termelétrica Miroel Wolowski (Pampa Sul), R$ 42 milhões na ampliação da Usina Termelétrica Ferrari e R$ 17 milhões no Projeto Solar Fotovoltaico Assú. Houve, também, aquisição de novos investimentos no valor de R$ 66 milhões.

Adicionalmente, no mesmo ano, a Companhia investiu R$ 223 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas. Os principais investimentos foram na modernização das usinas de Salto Santiago e Passo Fundo, onde foram investidos R$ 134 milhões.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para 2016 são: (i) a continuidade da modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago; (ii) a construção dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Campo Largo e da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iii) o prosseguimento do programa de revitalização e manutenção do parque gerador da Companhia.

Ademais, para o ano de 2016, os investimentos previstos consideram a previsão de reserva financeira, no montante de R$ 511 milhões, para a aquisição da participação da Energia Sustentável do Brasil, empresa que detém 40% do empreendimento em Jirau.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total e o restante normalmente é coberto com recursos próprios. O BNDES é o financiador da maioria dos projetos da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há previsão para desinvestimentos relevantes a serem realizados pela Companhia.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em consonância com o modelo de negócios do Grupo Econômico ENGIE no Brasil, a controladora ENGIE LA participa dos leilões e desenvolve os projetos hidrelétricos, mitiga os principais riscos, e então transfere os projetos para a Tractebel Energia. O momento da transferência é determinado pelo estágio do perfil de risco de cada projeto.

Nesse contexto, a ENGIE, através da controlada Energia Sustentável do Brasil, está implantando a UHE Jirau, em construção em Porto Velho, Estado de Rondônia (RO), com potência nominal de 3.750 MW – já contemplando a ampliação do projeto da Usina para 50 unidades geradoras – na qual a ENGIE detém participação de 40%.

Ainda conforme o modelo de negócios, o Comitê de Partes Relacionadas da Tractebel Energia negociará a aquisição com a ENGIE LA.

A perspectiva é que o projeto seja transferido para a Tractebel Energia quando os principais riscos de desenvolvimento tiverem sido mitigados.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

Cabe mencionar que a Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% ao o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME) a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No final do ano de 2015, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R$ 112 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R$ 52 milhões estão relacionados a projetos de P&D já em execução.

Parte substancial do valor já comprometido refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionado (i) à geração fotovoltaica (FV) de 3MWp , no qual a Companhia é a empresa proponente, que conta com outras 11 empresas do setor elétrico – chamadas de cooperadas – e com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como entidade Executora, e (ii) ao desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW, em parceria com a empresa WEG S.A. Estima-se um investimento de cerca de R$ 56 milhões e R$ 160 milhões para cada projeto acima mencionado, dos quais aproximadamente R$ 35 milhões e 70 milhões serão financiados com recursos de P&D oriundos da Tractebel Energia, respectivamente.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

Artigo 9ª ICVM 481/09 – § 1º Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 1.500 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 835 milhões
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1,2788764646 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	55% do lucro líquido distribuível ajustado [4]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 209 milhões, correspondentes a R$ 0,3209526559 por ação ordinária.

[4] Lucro Líquido distribuível ajustado corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal (Não aplicável no exercício de 2015 em função de estar no limite de 20% do Capital Social) e de Incentivos Fiscais e ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), reconhecidas na conta "Lucros Acumulados".

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 14.04.2016.
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data da declaração de pagamento será definida na AGO.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	
a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 311 milhões de dividendos intercalares e R$ 314 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	Início de pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 25.09.2015 e dos juros sobre o capital próprio em 24.02.2016.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2015 = R$ 2,2985989077 2014 = R$ 2,1177862004 2013 = R$ 2,2001213000

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2015 = R$ 1,2788764646 2014 = R$ 1,1875973571 2013 = R$ 2,2584046518

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal	Não aplicável, pois o montante constituído já atingiu o limite legal de 20% sobre o Capital Social integralizado.
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Não aplicável para 2015. Quando aplicável corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

	- O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável
b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável

12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável

13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável

14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	393 milhões
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Arquivado na CVM e BM&FBovespa via sistema Empresas.Net

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva	R$ 23 milhões
b) Explicar a natureza da destinação	A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e Usina Hidrelétrica São Salvador.

17) Havendo destinação de resultado para aumento de capital social	
a) Informar o valor do aumento	290 milhões
b) Informar o valor do novo capital social	2.736 milhões
c) Informar se houve emissão de novas ações	Não houve emissão de novas ações

c) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento de capital social	O aumento de capital tem por finalidade atender o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, pois as reservas de lucros ultrapassaram o montante do capital social, possui também o intuito de fortalecer o capital da Companhia face aos investimentos previstos para os próximos anos. Ressalta-se que tais investimentos em novas unidades geradoras são de longa maturação, o que justifica serem financiados, em parte, por capital próprio de longo prazo. Os efeitos contábeis decorrentes do aumento de capital serão reconhecidos no exercício de 2016.

ANEXO III – ORÇAMENTO DE CAPITAL

Orçamento de Capital

Em milhões de Reais

		A Realizar	
Fontes	**2016**	**2017**	**Total**
Retenção de lucros do exercício de 2015 (Art. 196 da Lei das S.A.)	392	-	392
Retenção de lucros do exercício de 2010 (Art. 196 da Lei das S.A.)	511	-	511
Capital de terceiros e geração interna de Caixa	1.882	1.166	3.048
Total das Fontes	**2.785**	**1.166**	**3.951**
Aplicações	**2016**	**2017**	**Total**
Usina Termelétrica Pampa Sul	936	879	1.815
Parque Eólico Santa Mônica I e II	280	-	280
Parque Eólico Campo Largo	189	411	600
Aquisição de participação na UHE Jirau	511	-	511
Manutenção parque produtivo	435	310	745
Total das aplicações	**2.351**	**1.600**	**3.951**

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DOS ADMINISTRADORES

12.5 / 6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Indicado pelo controlador**
Outros cargos ou funções exercidos		**Número de mandatos consecutivos**	**Prazo mandato**	**Participação nas reuniões de 2015**
Maurício Stolle Bähr	17.09.1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
748.528.847-49	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	14.04.2016	Sim
Membro do Comitê Estratégico		12 (doze)	AGO 2018	100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	14.01.1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
EK083845	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14.04.2016	Sim
Membro do Comitê Estratégico		9 (nove)	AGO 2018	38%
Willem Frans Alfons Van Twembeke	22.08.1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
EK108667	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14.04.2016	Sim
Membro do Comitê Estratégico		2 (dois)	AGO 2018	38%
Manoel Arlindo Zaroni Torres	18.12.1949	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
115.116.056-34	Engenheiro	33 – Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	14.04.2016	Sim
Diretor Presidente		11 (onze)	AGO 2018	100%
Pierre Jean Bernard Guiollot	21.04.1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
12CE76848	Administrador	23 - Conselho de Administração (Efetivo)	14.04.2016	Sim
-		n.a.	AGO 2018	n.a.
Shankar Krishnamoorthy	19.11.1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
Z2509808	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Efetivo)	14.04.2016	Sim
-		n.a.	AGO 2018	n.a.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidos		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões de 2015
Natacha Marly Herero Et Guichard	02.08.1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
10CV67807	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	14.04.2016	Sim
-		n.a.	AGO 2018	n.a.
Gil de Methodio Maranhão Neto	18.01.1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
734.574.937-15	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	14.04.2016	Sim
-		5 (cinco)	AGO 2018	63%
José Carlos Cauduro Minuzzo	29.10.1951	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
199.412.420-20	Engenheiro	39 – Outros Conselheiros / Diretores	14.04.2016	Sim
Diretor de Produção de Energia e membro do Comitê de Performance Humana		5 (cinco)	AGO 2018	50%
José Luiz Jansson Laydner	10.02.1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
481.767.029-00	Engenheiro	39 – Outros Conselheiros / Diretores	14.04.2016	Sim
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos		n.a.	AGO 2018	n.a.
Marcelo Fernandes Soares	21.09.1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
051.684.707-42	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	14.04.2016	Sim
-		n.a.	AGO 2018	n.a.
Gustavo Henrique Labanca Novo	05.03.1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14.04.2016	Não
000.674.107-07	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	14.04.2016	Sim
-		n.a.	AGO 2018	n.a.

CONSELHO FISCAL

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Indicado pelo controlador**
Outros cargos ou funções exercidos		**Número de mandatos consecutivos**	**Prazo mandato**	**Participação nas reuniões de 2015**
Paulo de Resende Salgado	02.07.1945	Conselho Fiscal	14.04.2016	Não
161.008.917-00	Economista	40 - Presidente do C.F. – Indicado pelo controlador	14.04.2016	Sim
-		9 (nove)	AGO 2017	100%
Carlos Guerreiro Pinto	17.06.1942	Conselho Fiscal	14.04.2016	Não
047.615.457-04	Administrador	43 - C.F.(Efetivo) - Indicado pelo controlador	14.04.2016	Sim
-		7 (sete)	AGO 2017	100%
Flávio Marques Lisboa Campos	17.11.1950	Conselho Fiscal	14.04.2016	Não
118.388.096-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplente) - Indicado pelo controlador	14.04.2016	Sim
-		12 (doze)	AGO 2017	n.a.
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	03.04.1952	Conselho Fiscal	14.04.2016	Não
269.006.377-87	Contador	46 - C.F.(Suplente) - Indicado pelo controlador	14.04.2016	Sim
-		11 (onze)	AGO 2017	n.a.

Maurício Stolle Bähr - 748.528.847-49

Nascido em 17.09.1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente é Diretor Presidente da GDF SUEZ Energy Brasil Ltda., Diretor da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., Representante Geral da GDF SUEZ no Brasil, Presidente do Conselho de Administração do ONS e Presidente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert – EK083845

Nascido em 14.01.1948, é Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Ghent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento CEDEP em Fontainebleau, na França. Foi CEO da GDF SUEZ Energy International, Presidente da GDF SUEZ Energy North America Inc., Diretor da Glow Energy, empresa pública sediada na Tailândia, Diretor e Presidente do Conselho de Administração da International Power S.A. (atual denominação da SUEZ Tractebel S.A.), Diretor da Electrabel, Diretor da Tractebel Engineering, Diretor da Gaselys (França) e Diretor da Célizan (França). Atualmente é: (i) Vice-Presidente executivo da Engie S.A. (nova denominação da GDF SUEZ S.A.), comandando a divisão Energy EuropeInternational do grupo; (ii) presidente do conselho de administração da International Power Ltd.; (iii) membro do comitê executivo e do comitê administrativo da EngieGDF SUEZ; e (iiiv) CEO da Electrabel e da International Power S.A., além de integrar o Comitê Estratégico e o Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Willem Frans Alfons Van Twembeke – EK108667

Nascido em 22.08.1965, possui mestrados em engenharia eletromecânica pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica) e em engenharia com especialização em ciência nuclear pelo Rensselaer Polytechnic Institute (NY, EUA), possui ainda MBA pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica). Ingressou no Grupo em 1991 na Tractebel Energy Engineering. Em 1997 foi transferido para a América do Sul, onde ocupou diferentes cargos executivos no Chile e no Peru. No período de 2001 a 2004 exerceu o cargo de presidente executivo da Electroandina, no Chile, e no período de 2004 a 2006 exerceu o cargo de presidente executivo da EnerSur, Gás Natural de Lima y Callao e Suez Energy, no Peru. Em 2006 retornou a Bruxelas como vice-gerente geral de negociação e gestão de portfólio na Electrabel até janeiro de 2010, nesse período exerceu também os cargos de presidente do conselho de administração das empresas Europan Energy Portfolio Management (Holanda), Electrabel Energeia Hellas (Grécia) e GDFSUEZ Energy Trading Romania (Romênia), também foi membro do conselho de administração da ACEA Electrabel Trading(Itália). Retornando à América Latina, passou a exercer o cargo de Diretor de Operações na GDF SUEZ Energy Latin America (Chile) no período de fevereiro de 2010 a abril de 2011, exercendo também os cargos de presidente do conselho de administração da Gas Natural Licuado de Mejillones (Chile) e membro do conselho de administração da ECL (Chile). No período de maio de 2011 a abril de 2013 passou a exercer o cargo de presidente executivo da GDFSUEZ Energy Asia (Tailândia) e os cargos de presidente do conselho de administração das empresas Glow Energy (Tailândia) e Uch Power Limited (Paquistão) e membro do conselho de administração das empresas Paiton Energy (Indonésia), PTT-NGD (Tailândia) e Senoko Energy (Singapura). Atualmente é presidente executivo da GDFSUEZ Energy International e membro do Conselho de Administração da International Power Ltd.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Arlindo Zaroni Torres - 115.116.056-34

Nascido em 18.12.1949, é Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Em 2015, participou do *"Leading from the Chair" programme* – INSEAD – França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e em 1998, passou a integrar a diretoria da Tractebel Brasil quando atuou como Diretor de Operação da Tractebel Energia. Em 1999 assumiu a presidência da Companhia e atua, ainda, como Diretor Presidente de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) controladas pela Tractebel Energia. É membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia e Controladas, membro do Conselho de Administração da Itá Energética e da Energia Sustentável do Brasil, presidente do Conselho Plenário do Comitê Gestor do Consórcio Machadinho e membro do Conselho Superior de Formulação Estratégica da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pierre Jean Bernard Guiollot - 12CE76848

Nascido em 21.04.1968, graduado em Serviços Públicos pela Sciences Po Paris. No período de 2008 a 2012 exerceu o cargo de gerente de contabilidade da Engie S.A. (atual denominação da GDF SUEZ S.A.). Em 2013 passou a exercer o cargo de diretor financeiro da divisão de energia internacional da Engie S.A. e desde 2014 é membro do Conselho de Administração da Glow Energy PCL.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Shankar Krishnamoorthy – Z2509808

Nascido em 19.11.1960, é engenheiro graduado pela Universidade de Deli. Possui mais de 30 anos de experiência nos sectores da eletricidade, gás e água, dos quais quase duas décadas em cargos de liderança, tais como chefe de desenvolvimento de negócios e presidência ou diretor de diversas empresa do Grupo Engie (atual denominação do Grupo GDF SUEZ) localizadas na Ásia, Oriente Médio e Europa. De 2009 até 2013 exerceu o cargo de Presidente da GDF SUEZ Energy Asia, Turkey & Southern Africa Ltd. Em 2014 assumiu o cargo de Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento de Negócios da Engie S.A. e em 2015, como parte do processo de reestruturação do Grupo Engie, foi nomeado Diretor Geral da área de geração descentralizada do grupo.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Natacha Marly Herero Et Guichard - 10CV67807

Nascida em 02.08.1971, é advogada formada pela Universidade de Madrid, mestre em direito financeiro pela ESCP (Ecole Supérieure de Commerce de Paris) e em direito europeu, societário e tributação pela Universidade de Pau e curso em direito internacional pela Universidade de Estocolmo. Ingressou no Grupo Engie (atual denominação do Grupo GDF SUEZ) em 2002. Nos últimos 5 anos foi vice conselheira geral da Engie, responsável por todas as questões legais do grupo em Marrocos e diretoria jurídica do grupo Engie no Oriente Médio. No período de 2012 a 2015 foi membro do Conselho de Administração da SAFI Energy Company, sociedade de propósito específico para implantação de uma usina de geração de energia elétrica localizada no sul de Marrocos e no mesmo período de exerceu o cargo de secretária da International Power Al Magrib, companhia responsável por todas as atividades de Engie no Norte da Africa e de Tarec, sociedade responsável pela operação de um parque eólico na região de Tarfaya. Atualmente exerce o cargo de Conselheira Geral e Diretora de Ética da Engie Brasil. Ainda, em 2015 foi membro do Conselho de Administração do CAS (Casablanca American School), organização sem fins lucrativos, com atuação na área de educação no norte da África.

A indicada está apta a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gil de Methodio Maranhão Neto - 734.574.937-15

Nascido em 18.01.1963, é Engenheiro Civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. Atuou nas áreas de Mercado de Capitais (administração de fundos de ações e underwriting) e comercial (Fundos de Pensão) no Banco Nacional S.A. No período 1994-96 trabalhou na Nacional Energética, na construção da Hidrelétrica Serra da Mesa. Desde 1996 no Grupo Engie (nova denominação do grupo GDF SUEZ), onde atuou como Gerente Delegado, Diretor de Construção da Tractebel Energia S.A. (Hidrelétricas Itá e Machadinho, Termelétrica William Arjona), e Diretor de Desenvolvimento de Negócios. Atualmente é Diretor de Estratégia, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa, membro do Comitê Executivo do Grupo no Brasil e membro suplente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A..

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Luiz Jansson Laydner - 481.767.029-00

Nascido em 10.02.1961, é Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (MG), Pós-MBA na Kellog Scholl of Management em conjunto com a Fundação Dom Cabral e o General Management Program do Centro Europeu de Educação Continuada (CEDEP/INSEAD), em Fontainebleau, na França. Iniciou suas atividades na Eletrosul em 1984 como responsável pelo setor de manutenção mecânica da Usina Termelétrica Alegrete e desde então, exerceu diversas funções naquela Companhia. Em 1999 tornou-se Gerente das Usinas Termelétricas William Arjona e Jorge Lacerda A. Em junho de 2003 passou a exercer o cargo de Gerente de Geração Térmica, responsável pelas Usinas Termelétricas da Companhia. Em novembro de 2008 foi eleito para exercer o cargo de Diretor de Comercialização e Negócios da Companhia e posteriormente Diretor de Comercialização de Energia, cargo que exerceu até outubro de 2011. A partir de novembro de 2011 passou a exercer o cargo de Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos. Atua, ainda, como Diretor de algumas Sociedades de Propósitos Específicos controladas pela Companhia.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Carlos Cauduro Minuzzo - 199.412.420-20

Nascido em 29.10.1951, é formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira profissional na Eletrosul em 1976, desempenhando suas atividades na área de Geração Térmica no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda até 1992. A partir desta data, gerenciou a Divisão de Engenharia e Manutenção de Térmicas até 1997 e, posteriormente, o Departamento de Geração Térmica até junho de 1999. Atualmente exerce o cargo de Membro do Comitê Gestor do Consórcio Itá e de Diretor do Consórcio Machadinho. Também atua como suplente no Conselho de Administração da Itá Energética S.A., da Energia Sustentável do Brasil e da Tractebel Energia S.A. É membro do Conselho de Administração da CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétríca e da ABCM – Associação Brasileira do Carvão Mineral. Desde 1999 exerce a função de Diretor de Produção de Energia da Tractebel Energia, com operação de 8.765MW de capacidade instalada. Atua, ainda, como Diretor de algumas Sociedades de Propósitos Específicos controladas pela Companhia.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo Fernandes Soares – 051.684.707-42

Nascido em 21.09.1976, é formado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Executive MBA pela University of Pittsburgh e Mestrado em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas. No Grupo ENGIE (nova denominação do grupo GDF SUEZ) desde novembro de 2006, atualmente exerce o cargo de Diretor de Aquisições, Investimentos e Assessoria Financeira na ENGIE Brasil.
O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gustavo Henrique Labanca Novo - 000.674.107-07

Nascido em 05.03.1968, é formado em engenharia eletrônica pela Universidade Gama Filho. No Grupo ENGIE (nova denominação do grupo GDF SUEZ) há mais de 15 anos., atuando no período de 1998 a 200 como gerente de projetos e de desenvolvimento de negócios. No período de 2000 a 2010 atuou como analista financeiro, gerente de finanças sênior e AIFA (Acquisitions, Investment & Financial Advisory). Já em 2010 a 2015, foi VP de Desenvolvimento e negócios. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios. Ainda exerce o cargo de membro titular do Conselho Deliberativo da PREVIG Sociedade de Previdência Complementar, entidade instituída pela Tractebel Energia S.A.; membro suplente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A; e membro titular do Conselho de Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A..
O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo de Resende Salgado - 161.008.917-00

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente Presidente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. e como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Guerreiro Pinto - 047.615.457-04

Nascido em 17.06.1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), é Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e é certificado em Parceria para o Desenvolvimento Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Exerceu as funções de Diretor Fiscal, nomeado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reguladora das empresas de planos privados de saúde, no período de março/2010 a novembro/2011, como auditor nas operadoras colocadas em regime especial de Direção Fiscal. Atualmente é Consultor Convidado da Fundação Getúlio Vargas, prestando serviços de consultoria em Gestão no Instituto Estadual do Ambiente – INEA e na SEA – Secretaria Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Marques Lisboa Campos - 118.388.096-00

Nascido em 17.11.1950, é Engenheiro Civil, graduado em 1973, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é o CEO América Latina da Tractebel Engineering Latin America (Tractebel Engineering – GDF SUEZ Group). Foi Diretor Geral e CEO da Leme Engenharia Ltda. de 2002 a 2010, tendo exercido as seguintes atividades nesta empresa: 1994 a 2002 – Diretor Geral e Executivo; 1992 a 1994 - Diretor de Desenvolvimento de Negócios, atuando na coordenação de estratégias de comercialização, prospecção e viabilização de negócios, negociações de contratos com clientes e administração das despesas de desenvolvimento; 1988 a 1992 - Diretor Técnico, atuando nas áreas de Geração Elétrica e Barragens, Sistemas Elétricos e Projetos Industriais, com destaque para supervisão técnica e elaboração dos contratos de vários projetos; e de 1976 a 1988 – atuando na área técnica com Chefe do Setor de Engenharia Hidráulica e Gerente de diversos projetos de grande porte. Trabalhou como Engenheiro Civil de 1972 a 1976 nas empresas Elektrowatt Ingenieros Consultores, Guatemala City, Guatemala, Elektrowatt Engineering Services, Zurick, Switzerland e Eletroprojetos S.A. – Estudos de Engenharia. Atualmente participa da Diretoria da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e, também, é membro dos seguintes conselhos: Conselho Diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros e do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE).

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida - 269.006.377-87

Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 na Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo Tractebel (atualmente Engie), para trabalhar na holding como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de junho de 2011.

O indicado está apto a firmar declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Indicado pelo controlador**
Outros cargos ou funções exercidos		**Número de mandatos consecutivos**	**Prazo mandato**	**Participação nas reuniões de 2015**
Maurício Stolle Bähr	17.09.1957	Comitê estratégico	25.06.1999	Não
748.528.847-49	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	25.06.1999	Sim
Presidente do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	14.01.1948	Comitê estratégico	15.03.2001	Não
EK083845	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	15.03.2001	Sim
Membro efetivo do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Willem Frans Alfons Van Twembeke	14.01.1948	Comitê estratégico	29.04.2013	Não
EK108667	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	29.04.2013	Sim
Membro efetivo do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos administradores e membros do Conselho Fiscal, indicados pelo Acionista Controlador; entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; entre administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores (Indicados pelo Acionista Controlador) e controladas, controladores e outros

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Manoel Arlindo Zaroni Torres	**115.116.056-34**		
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada – Presidente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos três últimos exercícios sociais			
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	04.100.556/0001-00	Controle	Controlada Direta
Observação			
A Tractebel é controladora, direta, da TBLC com 99,99% de participação no capital desta empresa.			
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta
Observação			
A Tractebel é controladora, indireta, da Ibitiúva com 95% de participação no capital desta empresa.			
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Observação			
A Tractebel é controladora em conjunto da Itasa com 48,75% de participação no capital desta empresa.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
José Carlos Cauduro Minuzzo	**199.412.420-20**		
Diretor de Produção de Energia			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos três últimos exercícios sociais			
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos exercícios findos em 31.12.2015 e 31.12.2014			
Consórcio Faísa-Trairi (Faísa-Trairi)	14.837.050/0001-32	Controle	Controlada Indireta
A Tractebel é controladora em conjunto do Faísa-Trairi com 50,00% de participação no capital desta empresa.			
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercício sociais			
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta

Pessoa Relacionada – Membro do Conselho Deliberativo nos três últimos exercícios sociais

Consórcio Estreito Energia (Ceste)	05.387.829/0001-02	Controle	Controlada Direta

A Tractebel é controladora em conjunto do Ceste com 40,07% de participação no capital desta empresa.

Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho Plenário e Diretor nos três últimos exercício sociais

Consórcio Machadinho	03.064.917/0001-48	Controle	Controlada Direta

A Tractebel é controladora em conjunto do Consórcio machadinho com 19,28% de participação no consórcio.

Pessoa Relacionada – Membro do Comitê Gestor nos três últimos exercícios sociais

Consórcio Itá	01.246.598/0001-66	Controle	Controlada Direta

Identificação	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

José Luiz Jansson Laydner	**481.767.029-00**		
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos			

Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho de Administração no exercício findo em 31.12.2013

Ibitiúva	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta

Pessoa Relacionada – Diretor Presidente no exercício findo em 31.12.2013

Controlada Indireta

A Tractebel é controladora em conjunto do Faísa-Trairi com 50,00% de participação no capital desta empresa.

Administrador do Emissor

Maurício Stolle Bähr	**748.528.847-49**		
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada – Presidente do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31.12.2014 e 31.12.2013

Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta

Pessoa Relacionada – Vice-Presidente do Conselho de Administração no exercício findo em 31.12.2015

Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta

Administrador do Emissor

Gil de Methodio Maranhão Neto	**734.574.937-15**		
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais

Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta

b. controlador direto ou indireto do emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Maurício Stolle Bähr	**748.528.847-49**		
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor nos três últimos exercícios sociais			
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	01.370.013/0001-15	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Vice Presidente Executivo e Membro do Comitê Executivo nos últimos três exercícios sociais			
Engie (atual denominação da GDF SUEZ)		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos últimos três exercícios sociais			
Electrabel		Controle	Controlador Indireto
International Power S.A.		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Willem Frans Alfons Van Twembeke	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos últimos três exercícios sociais			
International Power Ltd.		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Vice-Presidente Executivo nos últimos três exercícios sociais			
GDF SUEZ Energy International		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Shankar Krishnamoorthy	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento de Negócios nos exercícios findos em 31.12.2015 31.12.2014			
Engie		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Diretor Geral da Área de Geração Descentralizada no exercício findo em 31.12.2015			
Engie		Controle	Controlador Indireto

Administrador do Emissor

Pierre Jean Bernard Guiollot	**000.000.000-00**
Membro do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada – Diretor Financeiro da Divisão de Energia Internacional nos últimos três exercícios sociais

Engie	Controle	Controlador Indireto

12.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que, além da eleição dos 6 (seis) membros efetivos do Conselho de Administração, e seus suplentes, indicados pela Acionista Controladora, haverá ainda na Assembleia Geral Ordinária a eleição de 2 (dois) membros efetivos do Conselho de Administração, e seus suplentes, a serem indicados pelos acionistas não controladores e 1 (um) membro efetivo e seu suplente a serem indicados pelos empregados, cujo processo eleitoral ainda está em curso.

Também serão eleitos para compor o Conselho Fiscal 1 (um) membro efetivo e seu suplente a serem indicados pelos acionistas não controladores.

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do formulário de referência

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal) é definido para o Exercício Social anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

A remuneração fixa tem como objetivo refletir o valor da experiência, responsabilidade do cargo assumido por cada administrador, sua competência e reputação profissional, bem como o tempo dedicado às suas funções.

A parcela variável objetiva fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, retribuir os esforços na construção dos resultados e valores gerados pela Companhia, por meio de uma bonificação atrelada ao seu desempenho e motivar o cumprimento dos objetivos empresariais e estratégicos, refletindo a cultura e os valores da Companhia e de sua controladora.

A composição da remuneração de cada perfil de administrador é estabelecida pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

- Conselho de Administração

O valor anual estabelecido, é composto por remuneração fixa e parcela variável, quando aplicável, sendo o montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas e pago em 13 parcelas mensais.

O presidente do Conselho recebe como remuneração uma parcela variável com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros, metas e seus resultados operacionais. O membro eleito pelos empregados poderá receber ainda um bônus calculado com base no número de remunerações mensais pagas aos empregados como Participação nos Lucros ou Resultados.

- Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é dividida entre parcelas fixa e variável, e seu valor anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, seguro de vida e previdência complementar.

O valor do bônus pode variar entre 35% e 88% da remuneração anual fixa, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base, de acordo com o cumprimento das metas estabelecidas.

- Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria não estatutária instalada.

- Conselho Fiscal

O pró-labore dos membros do Conselho Fiscal é fixado pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia que os eleger e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos Diretores - sem considerar os benefícios e remuneração variável.

- Comitês

A Companhia possui comitês que participam direta ou indiretamente do processo decisório da Companhia, e não existe uma remuneração adicional para os seus membros, exceto para o Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração, onde também participa como Conselheiro.

- Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

Para o Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração poderá estabelecer remuneração complementar aos seus membros, bem como deferir a eles outras vantagens e proteções para a preservação da sua independência e autonomia.

Este comitê foi instalado em 04.05.2012 para analisar uma transação específica e desinstalado nesta mesma data, após a aprovação desta matéria no Conselho de Administração. Nos últimos três exercícios não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes desse Comitê.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é fixa para todos os seus integrantes, exceto para o Presidente do Conselho e para o Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia, que também recebem remuneração variável. A remuneração variável do Presidente do Conselho pode alcançar até 88% da remuneração fixa e a do conselheiro eleito pelos empregados a até 40% da sua remuneração fixa. Já a remuneração do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável pode variar de 35% a 88% da remuneração anual fixa.

A participação da remuneração fixa, remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, estão representadas pelos percentuais a seguir:

	2015	2014	2013
Conselho de Administração			
Remuneração fixa	79%	81%	87%
Remuneração Variável	20%	19%	10%
Benefícios	1%	-	3%
Conselho fiscal			
Remuneração fixa	100%	100%	100%
Remuneração Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-
Diretoria Estatutária			
Remuneração Fixa	58%	53%	56%
Remuneração Variável	40%	45%	39%
Benefícios	2%	2%	5%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores da Companhia é monitorada periodicamente com base em pesquisas de mercado, contratadas junto a consultorias especializadas de primeira linha, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no grupo econômico controlador, Engie.

A definição dos valores das parcelas fixas da Diretoria Estatutária é estabelecida considerando-se como base a mediana de mercado obtida em pesquisas como as citadas anteriormente, de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo.

Da mesma forma, a parcela variável é estabelecida considerando-se as práticas de mercado para cada cargo, e seu pagamento considera os resultados financeiros e operacionais obtidos pela Companhia, tais como lucro líquido, EBITDA, bem como o cumprimento de metas específicas, negociadas previamente, e aspectos gerenciais e comportamentais.

O reajuste da remuneração dos administradores é anual, no mês de janeiro, e leva em consideração, além das questões de mercado citadas anteriormente, que podem recomendar alterações salariais, a inflação do período passado desde o último reajuste.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia.

O Conselho de Administração tem sua remuneração seguindo padrões de mercado para empresas similares.

A Diretoria Estatutária tem sua remuneração monitorada periodicamente com base no mercado. A remuneração variável depende do cumprimento de metas coletivas e individuais, dos resultados da companhia e da contribuição de forma solidária em até 10% do resultado do grupo econômico controlador.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração estabelecida em valor que não pode ser inferior a 10% da remuneração média da Diretoria Executiva. Este Conselho não tem remuneração variável.

(v) Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há membros não remunerado na Companhia que componham o Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável (bônus) está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros do ano: Evolução do EBTIDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, solidariedade com os resultados do grupo econômico controlador, etc;

- indicadores individuais e operacionais: cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros;

- questões comportamentais e gerenciais.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pró-labore (remuneração fixa) e os benefícios são estabelecidos em função de pesquisas de mercado e não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o Exercício Social (Janeiro a Dezembro).

A remuneração variável (bônus) está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros do ano que representam em média 40% do valor do bônus anual;

- indicadores individuais e operacionais que representam em média 40% do valor do bônus anual;

- questões comportamentais e gerenciais, que representam em média 20% do valor do bônus anual.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O valor da remuneração variável anual dos executivos depende do cumprimento dos objetivos de curto prazo da Companhia.

Para objetivos de médio e longo prazo, a Companhia ainda não tem estabelecido para seus executivos incentivos diretos de alinhamento. Entretanto, o grupo econômico da qual a Companhia faz parte tem uma política de opção de compra de ações do Grupo, em Paris, a valores pré-estabelecidos, e um programa de *performance shares* vinculado aos resultados futuros do grupo.

De um modo geral, estas *performance shares* e opções de compras não são de valores relevantes em relação à remuneração anual dos executivos da Companhia, conforme detalhamento no item 13.16 – deste documento.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos realizados por subsidiárias e, nos casos de empresas com controle compartilhado com sócios não participantes do grupo econômico, quando existirem remuneração por participação em seus conselhos, os valores percebidos pelos administradores são devolvidos para a Companhia. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento a Diretoria da Tractebel Energia, exceto os citados na letra "e", de cunho corporativo e com objetivo de reforçar o sentimento de fazer parte de um grupo mundial.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica à Companhia.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31.12.2016 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ("b")	18,0	7,0	3,0	28
Nº de membros remunerados ("c")	17,67	7,0	3,0	27,67
Remuneração fixa anual	5.701.521,57	8.790.542,56	497.979,78	14.990.043,91
Salário ou pró-labore	4.193.050,55	6.314.508,76	414.983,15	10.922.542,46
Benefícios direto e indireto	-	707.971,34	-	707.971,34
Participações em comitês	261.263,18	-	-	261.263,18
Outros	1.247.207,84	1.768.062,46	82.996,63	3.098.266,93
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	
Remuneração variável	1.279.326,31	7.278.935,98	-	8.558.262,29
Bônus	999.473,68	5.686.668,73	-	6.686.142,41
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	279.852,63	1.592.267,25	-	1.872.119,88
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	-	-
Pós-emprego	44.124,24	477.208,92	-	521.333,16
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	17 membros para todo o ano e 1 membro para 8 meses	7 membros para todo o ano	3 membros para todo o ano	-
Total da remuneração	7.024.972,12	16.546.687,46	497.979,78	24.069.639,36

Em 2016 foi submetido para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, o valor global da remuneração anual dos Administradores, fixado em até R$ 31 milhões (trinta e um milhões de reais para o exercício social de 2016). Este montante permite incluir os desligamentos decorrentes do plano de demissão voluntária da Diretoria, aprovado no final de 2013.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2015 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (“b”)	18,0	7,0	3,0	28,0
Nº de membros remunerados (“c”)	17,5	7,0	3,0	27,5
Remuneração fixa anual	4.773.823,47	9.834.780,63	441.432,03	15.050.036,13
Salário ou pró-labore	3.668.646,47	5.674.432,75	367.860,00	9.710.939,22
Benefícios direto e indireto	-	2.458.615,02	-	2.458.615,02
Participações em comitês	211.420,00	-	-	211.420,00
Outros	893.757,00	1.701.732,86	73.572,03	2.669.061,89
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	
Remuneração variável	1.195.632,06	6.877.902,75	-	8.073.534,81
Bônus	934.087,55	5.376.946,02	-	6.311.033,57
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	261.544,51	1.500.956,73		1.762.501,24
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	-	-
Pós-emprego	31.258,70	410.863,52		442.122,22
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	17 membros para todo o ano e 1 membro para 6 meses	7 membros para todo o ano	3 membros para todo o ano	-
Total da remuneração	6.000.714,23	17.123.546,90	441.432,03	23.565.693,16

Para a Diretoria Estatutária, além dos valores acima mencionados, a Companhia provisionou o montante de R$ 6.546.842,93 como estimativa de pagamento em 2016 de indenização a diretores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2014 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (“b”)	18,0	7,0	3,0	28
Nº de membros remunerados (“c”)	18,0	7,0	3,0	28
Remuneração fixa anual	4.636.326,54	7.608.527,64	415.800,00	12.660.654,18
Salário ou pró-labore	3.564.857,97	5.405.290,53	346.500,00	9.316.648,50
Benefícios direto e indireto	-	596.433,05	-	596.433,05
Participações em comitês	201.000,00	-	-	201.000,00
Outros	870.468,57	1.606.804,06	69.300,00	2.546.572,63
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	
Remuneração variável	1.133.300,57	6.448.098,55	-	7.581.399,12
Bônus	885.391,04	5.037.577,00	-	5.922.968,04
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	247.909,53	1.410.521,55	-	1.658.431,08
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	-	-
Pós-emprego	36.997,90	397.923,27	-	434.921,17
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	18 membros para todo o ano	7 membros para todo o ano	3 membros para todo o ano	-
Total da remuneração	5.806.625,01	14.454.549,46	415.800,00	20.676.974,47

Em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO o valor global da remuneração anual dos Administradores, fixado em até R$ 24 milhões para o exercício social de 2014.

Este montante foi estabelecido prevendo o valor de bônus máximo para os administradores, que não foi integralmente realizado e também previa o programa de sucessão de executivos com plano de desligamento voluntário, cujos desligamentos previstos para 2014 não ocorreram.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2013 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (“b”)	18,0	7,0	3,0	28,0
Nº de membros remunerados (“c”)	17,9	7,0	3,0	27,9
Remuneração fixa anual	4.305.595,65	7.031.288,56	388.444,80	11.725.329,01
Salário ou pró-labore	3.342.378,62	5.019.923,94	323.679,00	8.685.981,56
Benefícios direto e indireto	-	508.197,27	-	508.197,27
Participações em comitês	188.658,00	-	-	188.658,00
Outros	774.559,03	1.503.167,35	64.765,80	2.342.492,18
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais.	Encargos sociais	Encargos sociais.	
Remuneração variável	499.756,33	4.879.385,99		5.379.142,32
Bônus	383.761,05	3.818.693,79	-	4.202.454,84
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	115.995,28	1.060.692,20	-	1.176.687,48
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais.	Encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	131.694,48	689.044,54	-	820.739,02
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	17 membros durante todo o ano e 1 membro durante 11 meses	7 membros durante todo o ano	3 membros durante todo a ano	-
Total da remuneração	4.937.046,46	12.599.719,09	388.444,80	17.925.210,35

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Eventuais remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas. Não há remuneração variável para membros do Conselho de Fiscal. As informações são apresentadas na tabela abaixo:

Previsto para o Exercício Social de 2016

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	7,0
Número de membros remunerados	2,0	7,0
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.178.233,26	7.706.462,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	912.786,38	5.254.403,34
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

Reconhecido nos 3 (três) últimos exercícios:

Diretoria Estatutária (Valores em Reais)	2015	2014	2013
Número total de membros	7,0	7,0	7,0
Número de membros remunerados	7,0	7,0	7,0
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	7.025.364,49	6.695.504,32	5.379.142,36
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	4.790.021,24	4.565.116,58	4.218.773,14
Valor efetivamente reconhecido no resultado	6.877.902,75	6.448.098,55	4.879.385,99
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

Conselho Administração (Valores em Reais)	2015	2014	2013
Número total de membros	17,5	18	17,9
Número de membros remunerados	2,0	2,0	2,0
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.195.632,06	1.133.300,57	966.104,81
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	868.954,93	730.225,02	707.098,97
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.195.632,06	1.133.300,57	499.756,33
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Até a data de apresentação deste documento, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Até a data de apresentação deste documento, a Companhia não possui nenhum plano de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.6 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Até a data de apresentação deste documento, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Até a data de apresentação deste documento, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.5" a "13.7", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Até a data de apresentação deste documento, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

A Companhia não tem programa de incentivo baseado em cotas ou ações da Tractebel Energia. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os administradores da Companhia, assim como os seus empregados, podem participar de programa estabelecido pelo grupo controlador, cujos valores não apresentam percentual significativo em relação remuneração anual.

Os membros do Conselho de Administração, inclusive Diretores que também são membros deste Conselho, detinham, em 31.12.2015, 381.132 ações de emissão da Tractebel Energia, equivalente a 0,058389% do total das ações emitidas.

Conforme orientação da CVM, quando um membro da Diretoria fizer parte do Conselho de Administração, os seus valores mobiliários são divulgados exclusivamente no montante detidos pelos membros do Conselho de Administração.

A cotação da ação da Companhia em 31.12.2015 era de R$ 33,49 por ação. (Vide informações adicionais sobre o item 13.9 no quadro 13.5).

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	3,0	8,0
Número de membros remunerados		
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2,0	7,0
Condições para se aposentar antecipadamente	1,0	1,0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.747.342,60	8.123.981,33
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	138.718,73	432.250,93
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável	Não Aplicável

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
(Valores em Reais)	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2015	31.12.2014	31.12,2013
Nº de membros	18	18	18	7	7	7	3	3	3
Nº de membros remunerados	17,5	18	17,9	7	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneração	1.497.508,31	1.599.840,30	1.163.329,63	3.406.503,08	3.385.348,93	2.455.228,97	147.144,01	138.600,00	129.481,60
Valor da menor remuneração	138.960,00	130.800,00	122.794,80	1.117.163,88	1.382.199,78	866.467,04	147.144,01	138.600,00	129.481,60
Valor médio da remuneração	342.897,96	322.590,28	275.812,65	2.181.733,57	2.064.935,54	1.799.959,87	147.144,01	138.600,00	129.481,60

Os valores acima consideram a remuneração fixa e variável e incluem encargos sociais sobre as remunerações.

Os membros da Diretoria e dos Conselhos identificados com a maior e menor remuneração exerceram o cargo durante os doze (12) meses dos anos.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 83%, 72% e 77% do total da remuneração do Conselho de Administração nos anos de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Na Diretoria Executiva, o contrato de trabalho do Diretor presidente é mantido com a controladora. Sua remuneração é integralmente paga pela Tractebel Energia e representa 22%, 26% e 26% da remuneração total da Diretoria em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. No Conselho Fiscal não há membros que são considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Tractebel Energia tem membros do seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva que compõem o Conselho de Administração da sociedade sob controle comum Itá Energética S.A. (Itasa). A partir de abril de 2014, a remuneração do Conselho de Administração foi revista e alterada conforme AGO de 30.05.2014. Os valores reconhecidos no resultado da referida controlada relativo ao pagamento da remuneração destes Administradores, os quais são deduzidos de seus bônus anuais, são os apresentados no quadro a seguir.

(Valores em Reais)	2015	2014	2013
Conselho de Administração da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	3,0	4,0	4,0
Valor	22.616,00	195.076,80	655.200,00
Diretoria Estatutária da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	2,5	3,0	3,0
Valor	27.408,00	117.057,60	374.400,00
Total	50.024,00	312.134,40	1.029.600,00

Os valores recebidos pelos Diretores da Tractebel Energia como membros do Conselho de Administração da Itasa são deduzidos dos seus bônus anuais.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

O Grupo Controlador mantém um programa de opção de compra de ações da controladora Engie na Bolsa de Valores de Paris - França para seus principais executivos no mundo, estabelecido com base em suas principais responsabilidades, e de prêmio em ações por desempenho ou bônus, que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, a todos os empregados.

No quadro abaixo apresentamos a média de atribuições de ações do Grupo Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

	Plano de 2015	**Plano de 2014**	**Plano de 2013**
Ações por desempenho (*Perfomance Shares*)			
Quantidade	2.583	3.214	2.600
Valores em reais 31.12.2015	179.260,20	223.051,60	180.440,00

Notas:

- O valor da ação da Engie, na Bolsa de Paris, tem as seguintes cotações:

	Euros	**Reais**
31.12.2015	16,33	69,40
31.12.2014	19,43	62,70
31.12.2013	17,04	54,98

O número de ações por desempenho (*Performance Shares*) é reduzido na medida em que determinados índices financeiros da controladora Engie não são atingidos. As ações somente são transferidas aos diretores após cinco anos de sua emissão, e a quantidade final depende dos resultados financeiros do grupo controlador neste período.

ANEXO VI – AUMENTO DE CAPITAL

Aumento de Capital (Anexo 14 ICVM 481/09)

a. Valor do aumento e do novo capital social

O aumento de capital social da Companhia foi de R$ 290.487.159,11 (duzentos e noventa milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e nove reais e onze centavos), passando o capital social de R$ 2.445.766.091,90 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, noventa e um reais e noventa centavos) para R$ 2.736.253.251,01 (dois bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e um centavo).

b. Forma do aumento do novo capital social

O aumento de capital foi realizado mediante destinação do resultado do exercício de 2015 e sem emissão de novas ações.

c. Razões do aumento do capital social

O aumento de capital tem por finalidade atender o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, pois as reservas de lucros ultrapassaram o montante do capital social, possui ainda o intuito de fortalecer o capital da Companhia face aos investimentos previstos para os próximos anos.

d. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros

O aumento de capital social bem como sua efetivação não implicará em alteração no valor nominal das ações já existentes, nem na distribuição de novas ações entre os acionistas.

ANEXO VII – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2015

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. Política de salários e remuneração variável

Política de remuneração:

A política de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda aos interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, deve-se considerar que:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado;
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Participação nos Lucros ou Resultados (PLR):

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável que contempla o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). Esta remuneração é concedida a todos os empregados da Companhia e condicionada aos Resultados Empresariais, medidos pelo EBITDA e o Lucro Líquido do período, além de atingimento de Metas Corporativas e avaliação dos Comportamentos aderentes à Cultura Organizacional. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia praticar valores de remuneração competitivos aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.

A proposta da administração contempla o valor de até R$ 28 milhões a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2015, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.